

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO**

ELIANETE LIRA CRUZ

PRAÇA DA PAZ: espaço público na cidade de João Pessoa – PB

João Pessoa – PB
2011

ELIANETE LIRA CRUZ

PRAÇA DA PAZ: espaço público na cidade de João Pessoa – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Geografia, Área de Concentração em Território, Trabalho e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

João Pessoa – PB
2011

C957p Cruz, Elianete Lira.

Praça da paz : espaço público na cidade de João Pessoa-PB / Elianete Lira Cruz. -- João Pessoa : [s.n.], 2011.

111f. il.

Orientador: Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN.

1. Geografia urbana. 2. Espaço público. 3. Práticas cotidianas. 4. Sociabilidade. 5. Praça.

UFPB/BC

CDU: 911.375(043)

“Praça da Paz: espaço público na cidade de João Pessoa - PB”

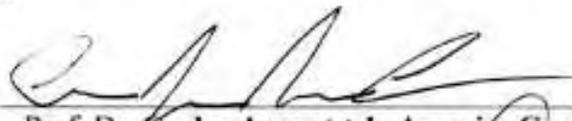
por

Elianete Lira Cruz

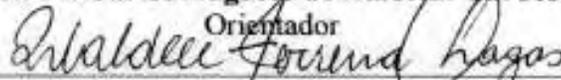
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

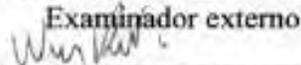
Aprovada por:



Prof. Dr. **Carlos Augusto de Amorim Cardoso**
Orientador



Prof. Dr. **Waldeci Ferreira Chagas**
Examinador externo



Prof. Dr. **William Ribeiro da Silva**
Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Agosto/2011

Para

Meu pai,
Oswaldo Ferreira Cruz (*in memoriam*)

Minha bisavó,
Francisca Romana (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A vida se processa com a participação de pessoas que, quanto mais próximas de nosso cotidiano, contribuem, de alguma forma, para a concretização de idealizações postadas a partir de nossas escolhas. Assim, esta dissertação, que tem minha assinatura, consta da presença “anônima” de pessoas a quem faço meus agradecimentos.

Agradeço, inicialmente, ao Professor e Orientador, Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, por sua atitude de conciliar o acadêmico com o ser humano, sempre com disposição para ir além da função profissional e ser um amigo;

Ao Mestre e amigo, Genes Duarte Ribeiro, como primeiro incentivador, que me motivou até os momentos de conclusão deste trabalho, com atenção e acolhimento em momentos de dificuldade teórica, nas discussões da temática escolhida;

A minha família:

Maria da Penha - minha mãe, sempre ao meu lado nos momentos de dificuldade, em seu silêncio e em suas atitudes de estar presente, o meu eterno agradecimento;

Ao meu irmão Elias e a minha sobrinha Thissiany, pelo empenho quando precisei desenvolver a pesquisa de campo; a Cristina, minha irmã, por suas palavras de apoio; aos meus sobrinhos Matheus, André (também filho) e Filipe, que estiveram sempre por perto, com afeto e carinho; a Carmem Lúcia, minha cunhada e amiga, atenta em nossas confidências; às minhas irmãs, Elianice e Cléia, que, mesmo na distância de nossa singularidade, acreditaram no meu interesse pela Academia;

A Edson, não apenas como família, mas também como amigo, namorado e marido, por estar sempre presente em minhas decisões, oferecendo apoio e credibilidade, compreendendo, a distância, os meus momentos de silêncio, em que sua presença parecia incomodar. Obrigada.

Aos amigos que, na prática cotidiana, vivenciaram comigo cada processo, desde a seleção para ingressar no Programa de Pós-graduação até a etapa final de produção escrita da dissertação, amenizando minhas inquietações: Edna Cristina e seus familiares; Josinaldo, Ana

Julieta, Amanda, Adriana, Vilma Urquiza, Suely Urquiza, Elenita Vicente, Raimundo Ferraz, Silvana (amiga durante o Curso do Mestrado) e Dr. Artur Bernardes Oliveira;

As minhas amigas Mariza Batista e Albanete Formiga, pela amizade sem questionar percepções de mundo;

Às psicólogas Irene e Luciene, por nossas conversas terapêuticas que muito auxiliaram na ideia de ingressar no Mestrado;

Aos Professores do Mestrado, Doralice Sátyro Maia, Sérgio Alonso e Roberto Sassi;

Aos professores Dr. Raimundo Barroso e Dr. Waldeci Chagas, pela colaboração e sugestão no exame de qualificação;

Agradeço ao Professor Dr. Willian Ribeiro da Silva, pela participação na banca examinadora;

A Sônia, secretária do Programa de Pós-graduação de Geografia, que sempre atendeu, com carinho e prontidão, às necessidades de informações e documentos solicitados;

Aos colegas da turma 2009, pelo excelente convívio, e o desejo de que todos chegassem ao final com o desempenho esperado;

Às Unidades de Ensino, por terem compreendido a importância de uma pós-graduação em nível de Mestrado, flexibilizando minha participação quanto ao trabalho educacional nas escolas;

À Secretária de Educação do Município de Guarabira, por sua gentil colaboração em conceder o afastamento das atividades escolares, bem como a ampliação do prazo para concretização desta pesquisa;

Aos alunos, que compreenderam minha distância da sala de aula, a fim de dispor de tempo para desenvolver a pesquisa;

Aos funcionários da SEPLAN e da SECOM, da Fundação Casa de José Américo, do IGHP, do Jornal A União, que me atenderam com gentileza e disponibilidade diante da necessidade documental requerida;

Àquele que consideramos como tudo e todos, presente nas angústias e nas alegrias de um fazer cotidiano: Deus.

A Praça

A Praça da Figueira de manhã,
Quando o dia é de sol,
Nunca em mim esquece,
Embora seja uma memória vã.

Há tanta coisa mais interessante
Que aquele lugar lógico e plebeu,
Mas amo aquilo, mesmo aqui ...Sei
eu
Por que o amo? Não importa.
Adiante...

Isto de sensações só vale a pena
Se a gente se não põe a olhar para
elas.
Nenhuma delas em mim serena...
De resto, nada em mim é certo e
está
De acordo comigo próprio. As
horas belas
São as dos outros ou as que não há.

Álvaro de Campos

RESUMO

O espaço público da Praça da Paz é analisado a partir da perspectiva de um fazer cotidiano, através de práticas, e do significado de pertencimento que os frequentadores adotaram. Nesse sentido, o processo de produção e apropriação desse espaço remete a níveis de sociabilidade, mesmo que diante da diversidade de seus usuários. Discutimos, nesta pesquisa, a Praça da Paz, no Bairro dos Bancários, município de João Pessoa, estado da Paraíba, visando pensar as propostas de sua construção naquele local e a visualização dos seus frequentadores, com a finalidade de perceber como ocorre a participação popular com vínculos de sociabilidade. O foco central de nossa problematização foi mostrar que esse espaço constitui peça fundamental na fabricação das relações sociais, ou seja, uma apropriação do espaço público que estabelece relações de sociabilidades. Devido aos seus usos e às práticas cotidianas, a praça contribui para dar significado a esse espaço público, o de pertencimento. O texto se organiza em três eixos: a ordenação das praças, com uma viabilidade de progresso e de embelezamento da capital da Parahyba, nas primeiras décadas do Século XX, como forma de atrair a população para frequentar os espaços públicos; pressupostos teóricos acerca da percepção sobre espaço público como produtor/produto social, com aspectos de construção da praça a partir de uma gestão participativa entre poder público e cidadão; e considerações sobre a importância desse espaço, como *locus* de convívio, pertencimento e sociabilidade.

Palavras-chave: Praça. Espaço público. Práticas cotidianas. Sociabilidade.

ABSTRACT

The public space known as “Praça da Paz” (Peace Square) is analyzed from the everyday perspective, through practical activities, and based on the meaning of acquaintance adopted by those ones who use the square . In this way, the process of production and appropriation of such public space is related to the levels of sociability, even when there is a variety of users with different objectives. We discuss, in this academic paper, the use of the space know as “Praça da Paz”, in Bancários, one of the neighborhoods in the city of João Pessoa, in the State of Paraíba, aiming to analyze the construction of the mentioned square in that place and how often people use it building up the sense of sociability. The main problematic presented in this paper intends to show how important this public place is in producing social relations, in other words, the important role the square plays in establishing relations of sociability. The square constitutes, from its different uses and regular everyday practices, a contribution to produce a special meaning to this public space: the acquaintance. The text is organized in three different dimensions: the governmental planning of the squares directed to the progress and the beauty of the city in the first decades of the 20th century, offering a public space to the population; theorize the perception about public places as a social product, and map out the aspects involving the construction of the square from a participative management between government and citizens; highlight the importance of that space as a gathering place and social acquaintance leading to sociability.

Keywords: Square - Public Space - Daily Practice - Sociability

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Profissão	48
TABELA 2 – Escolaridade	48
TABELA 3 – Rendimentos	49
TABELA 4 – Conhece o trabalho da Associação de Moradores?	49
TABELA 5 – Conhece algum trabalho desenvolvido pelo Conselho Gestor da Praça?	49
TABELA 6 – Bairro de residência	80
TABELA 7 - Motivos para frequentar a área	80
TABELA 8 – Por que prefere essa Praça?	81
TABELA 9 - Frequência de uso da Praça	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Praça da Paz - Bancários	42
Figura 2 – Espaço público no Bairro dos Bancários – João Pessoa-PB	43
Figura 3 - Espaço público no Bairro dos Bancários – João Pessoa-PB	44
Figura 4 – Foto área da Praça da Paz ao centro do Bairro dos Bancários, local escolhido pelos moradores para a sua construção	45
Figura 5 - Foto área da Praça da Paz ao centro do Bairro dos Bancários - Área total de 39.537,19 m ² e área verde de 12.655m ²	45
Figura 6 – Praça da Paz com seus equipamentos oferecidos à população: quiosques, parque infantil, anfiteatro, pista de skate, pista de caminhada, bancos de alvenaria, quadra de futsal, quadra de areia, campo de futebol e instrumentos para exercício físico	47
Figura 7 - Praça da Paz – atividades lúdicas oferecidas	51
Figura 8 – Pessoas das mais diversas situações visitam a praça em horário noturno	65
Figura 9 – Expressões do cotidiano jovem na praça	66
Figura 10 Expressões do cotidiano jovem na praça	66
Figura 11 – Equipamentos pré-estabelecidos para uso dos visitantes	68
Figura 12 – Passeios em grupo pela praça	71
Figura 13 – Acesso livre à Praça pelos visitantes	72
Figura 14 – Atividades culturais no Anfiteatro	75
Figura 15 – Equipamentos de atividades lúdicas e esportivas	79
Figura 16 – Pista para caminhada	83
Figura 17 – Espaço para crianças na Praça da Paz	85
Figura 18 – Visita à Praça e apropriação coletiva e individual	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A CIDADE DA PARAHYBA DO INÍCIO DO SÉCULO XX: construção e transformação dos espaços públicos	20
1.1. INICIATIVAS DE ORDENAMENTO URBANO	20
1.2. AS PRAÇAS – UM ESPAÇO PÚBLICO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	26
1.3. A CONSTRUÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS EM OUTRAS TEMPORALIDADES	34
CAPÍTULO II – PRAÇA: ESPAÇO PÚBLICO DE APROPRIAÇÃO COTIDIANA	40
2.1. PRAÇA DA PAZ – BAIRRO DOS BANCÁRIOS	40
2.2. ESPAÇO PÚBLICO – ESPACIALIDADE DE DINÂMICA SOCIAL	55
CAPÍTULO III – PRAÇA DA PAZ: PRÁTICA DE USO E SOCIABILIDADE	63
3.1. A PRAÇA DA PAZ – UM ESPAÇO PÚBLICO DE SOCIABILIDADE	63
3.2. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA DA PAZ – PRÁTICAS DE USO COTIDIANO	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO



Praça da Paz, Bairro dos Bancários – João Pessoa - PB - Fonte: SEPLAN

“O homem posto entre o poder político, sempre presente, e a multiplicação dos aspectos do cotidiano.” (Saldanha, 2005 p.10)

A evocação desse fragmento teórico, aliada à subjetividade impregnada na vivência de pertencimento a ruas, praças e parques foi o primeiro motivo para a concretização desta pesquisa, visualizada a partir das inquietações acerca de práticas cotidianas, do viver urbano nesses logradouros, que permitem, em seu espaço físico e social, a confluência do singular e do plural.

Dessa forma, a infância no Bairro do Jaguaribe, na capital do estado, envolvida em sociabilidades entre os bancos escolares, os cômodos da casa e a visita constante à Pracinha, com amigos e familiares, no final da tarde, para brincar, passear e conversar com vizinhos,

são fragmentos iniciais do envolvimento pessoal com esse espaço público tão significativo na vida de tantas pessoas.

Em seguida, foram as leituras no trabalho monográfico para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental, quando me sentia envolvida com a discussão sobre as condições ambientais em que se encontrava o Parque Solon de Lucena. Na época, preocupava-me com os diversos usos econômicos e a crescente descaracterização daquele espaço público, em detrimento da sua condição de se tornar, de fato, um parque para uso da população.

Nesse contexto, compreendemos que os objetos urbanos produzidos pela cidade não podem ser aceitos como uma reprodução de objetos. Em diversos teóricos que escolhemos para discutir esta pesquisa, registra-se uma centralidade em torno de um modelo mais estético, simbólico e cultural, baseado em uma sociedade de consumo.

Dessa forma, o espaço urbano se constrói como um produto social e segue o ritmo da sociedade que dele se apropria, a partir de práticas socioespaciais. Nesse contexto, optamos por pensar o espaço como categoria da Geografia, considerando a proposta de Lefebvre e Milton Santos, de relacionar espaço e produção social, em que “o espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social”.

Nesse caso, quando a nossa proposta se destina a dialogar com a praça como um espaço de produção social, parece fundamental compartilhar a ideia de Sobarzo (2006) de considerar o espaço público da praça como produto e produtor das relações sociais criadas para vivências cotidianas.

Assim, considerando algumas pesquisas nas áreas de Arquitetura Urbana e de Geografia, voltadas para o estudo das praças na cidade de João Pessoa, sem identificar obras que discutem as sociabilidades incorporadas em uma produção do pensamento geográfico, a partir da vivência que se estabelece no espaço da praça pela população que a usa, propusemos a preencher essa lacuna, estabelecendo um recorte espacial voltado para a Praça da Paz.

Tal escolha surge, também, pelos seguintes motivos: pelo fato de a praça estar incluída no projeto de revitalização das praças e parques proposto pela Prefeitura Municipal; por ser bem frequentada pela população, já que fica perto de um centro comercial; os equipamentos que são disponibilizados às pessoas para atividades físicas e por estar inserida em uma malha viária de uso constante de veículos e pedestres.

Outra consideração a fazer sobre a escolha da Praça da Paz, como objeto de pesquisa, é a singularidade que a população lhe conferiu, quando idealizou um uso de práticas

cotidianas que podem contribuir para a produção de significado a esse espaço público, o de pertencimento.

Nesse sentido, surgem as seguintes questões de pesquisa: Quais as políticas públicas que têm sido implantadas para (re) construir as praças? Que projetos vêm sendo desenvolvidos e qual a sua viabilidade para a sociabilidade na Praça da Paz? Que desafios e possibilidades oferece a Praça da Paz para uma gestão democrática entre os seus visitantes? Como se têm percebido as práticas usadas pelas pessoas que visitam a Praça da Paz como espaço para sociabilidades? Foram essas as principais questões que tentamos responder como propósito deste trabalho.

A proposta de pesquisa percorreu vários caminhos que tentaram evidenciar os objetivos propostos inicialmente. Assim, no **Primeiro Capítulo**, apresentamos um percurso histórico, a partir da segunda metade do Século XIX e início do Século XX, trazida por Aguiar (2002), Coelho (2005), Rodrigues (1981), Melo (1990), Maia (2000) e Silva (1997). Nessa época, a cidade de João Pessoa era chamada de cidade da Parahyba, onde através dos gestores municipais iniciaram às possibilidades de modernização da capital, através dos serviços de abastecimento de água e luz. Nesse tempo histórico, a cidade apresentava uma fisionomia tipicamente rural, e mesmo com o título de cidade, seu aspecto indicava mais o rural que o urbano esperado para uma cidade. Contudo, o país propagava as ideias de progresso e de crescimento, e a Parahyba não poderia ficar ausente da perspectiva que se atribuía às capitais brasileiras.

Nessa conjuntura, cabia aos administradores locais transformar a cidade de aparência rural em urbana. Entre os investimentos urbanísticos, estava em evidência a infraestrutura. A cidade da Parahyba se percebe em processo de demolição de prédios para abrir e construir logradouros como ruas e praças, além do saneamento, imprescindível para a salubridade, evitando a proliferação de doenças.

Dessa forma, as ações desses representantes do poder público sugeriram um novo tempo cultural para o cotidiano cidadão. Isso foi feito a partir de recortes na arquitetura da cidade, fundamentados na tríade: sanear – circular – embelezar, que se tornaram o “carro-chefe” que direcionou todas as mudanças na cidade.

A proposta de alguns administradores, como Henrique Beaurepaire Rohan, Camilo de Holanda e Solon de Lucena, incluiu o cuidado com a infraestrutura direcionada ao saneamento e a busca de um ordenamento urbano voltado para diferenciar a capital parahyabana de outras cidades. Para isso, enfatizaram os logradouros como as praças,

implantando construções e reformas, para atrair a população ao uso cotidiano de tais logradouros.

A partir dessas posturas, a população começa a usar as praças como práticas cotidianas, mesmo que venha acompanhada de uma distinção social para o uso desses espaços. Assim, nem todos os cidadãos frequentavam a Praça Venâncio Neiva e a Praça Comendador Felizardo Leite, pois ofereciam atrações que não atendiam ao interesse da população de menor poder aquisitivo. No entanto, a Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis) tornou-se o espaço público em que havia um cotidiano que absorvia uma diversidade social e cultural.

Em seguida, percorremos uma breve apreciação aos novos vistos espaciais que surgiram na capital, como, por exemplo, os teatros, os cinemas e os shoppings. Consequentemente, as novas sociabilidades foram modeladas ao longo desse processo, em que os espaços públicos mudaram de importância no âmbito urbano, e a praça, que até meados do Século XX, foi espaço de destaque na cidade, perdeu sua condição de *locus* social no cotidiano dos cidadãos.

Em meados do Século XX, a ampliação e os melhoramentos em avenidas como Epitácio Pessoa e Pedro II “convidam” a população a frequentar as praias, pois tais avenidas facilitam o acesso ligando o centro e os bairros à orla marítima da capital da Paraíba. Convive-se com outras temporalidades no viver o urbano, com hábitos de fim de semana como ir à praia. As praças, mesmo estando presentes nos diversos bairros que surgem na cidade, perdem seu aspecto de uso cotidiano e tornam-se logradouros de passagem de pedestres e veículos ou de espaço que pertence ao bairro sem significação simbólica de embelezar a paisagem urbana.

Dentre as novas temporalidades, na década de 1980, o crescimento da cidade aponta para um novo vetor além das praias - o shopping - como opção de mudar o “olhar” urbano para o que se propõe como moderno no final do Século XX e início de Século XXI. Com seus aparatos de modernização típica de uma sociedade que se encontra diante de outros valores sociais e culturais, o shopping simboliza um novo espaço de vivência das relações sociais.

A proposta neste capítulo foi oferecer um recorte temporal, nas ações propostas ao espaço urbano, entre as primeiras e últimas décadas do século XX, nossa atenção foi o espaço urbano e as ações dos gestores no seu ordenamento. Caminhamos por ruas, avenidas e praças e atentamos para compreender as ações de alguns gestores no sentido de que a capital da Paraíba ingressasse nos novos tempos. No intervalo entre as primeiras décadas do século XX e o seu final, a capital da Paraíba se tornou cenário de crescimento urbano com uma

diversidade de espaços públicos como opção de uso cotidiano para os diferentes sujeitos sociais da época.

Abordar esse processo histórico de crescimento da cidade e como se percebe o espaço público nos oferece suporte para ampliar a discussão acerca do uso cotidiano e da sociabilidade evidenciada, no espaço público de João Pessoa, apropriando-nos da Praça da Paz como objeto de estudo, na perspectiva de uma gestão democrática para gerenciamento das praças na cidade.

No **Segundo Capítulo**, com base na ideia de Milton Santos, foi feita uma abordagem sobre o diálogo da sociabilidade do espaço público da praça, porque entendemos esse espaço como uma construção, formada por um conjunto de sistema de objetos e sistemas de ações. É essa noção inseparável entre sistema de objetos e ações que adotamos como conceituação para identificar o espaço geográfico da Praça da Paz bem como o processo de apropriação social como fomentador do espaço público.

Em autores como Lefebvre (1999), Souza (2008) e Gomes (2006), teorizamos a concepção do espaço urbano como construção social, em que a sociedade se torna reprodutora das ações que constroem o espaço público, a partir de uma espacialidade física em que está inserido o espaço público da praça.

Descrevemos, ainda, o trabalho de revitalização e construção da Praça da Paz, acompanhado de significações, de ampliação do hábito cotidiano da cultura na cidade, com possibilidades de sociabilidade, em espaços públicos. Nesse sentido, apresentamos as propostas de revitalização daquele lugar, uma indicação da retomada de uso em tais espaços com acessibilidade a toda a população.

Para tanto, realizamos uma breve narrativa histórica do Bairro dos Bancários, onde o nosso objeto de estudo está inserido, como também as propostas de construção da Praça naquele local e a visualização dos seus visitantes, com a finalidade de perceber como ocorre a participação popular nas propostas de gestão da praça.

Portanto, acompanhamos a mobilização dos moradores do Bairro dos Bancários desde a reivindicação para a construção de uma praça naquele bairro, em 1988, através de uma comissão Pró-praça, em parceria com a Associação de Moradores, até sua inauguração, em 2006, quando se concretizaram a “luta e a conquista” dos moradores. Nesse espaço, foram implantados equipamentos que possibilitam diversas atividades para os seus frequentadores, como quiosques, parque infantil, anfiteatro, pista de skate, pista de caminhada, bancos de alvenaria, quadra de futsal, quadra de areia, campo de futebol, instrumentos para exercício físico e uma biblioteca digital.

Pensar o uso e a sociabilidade, na Praça da Paz, foi a proposta do **último capítulo**, no qual pretendemos mostrar que esse espaço se constitui peça fundamental na fabricação das relações sociais, ou seja, uma apropriação do espaço público em que se estabelecem relações de sociabilidade, por meio de práticas cotidianas. Nessa discussão, referimos, como descrito por Certeau (2009), que um cotidiano se faz com a “arte do fazer”, e essas maneiras de fazer atribuímos à noção de privado/público, diante da condição de apropriação das práticas cotidianas que permeiam o espaço da praça, sem perder a intimidade com o singular e a atitude trazida pelo usuário de seu espaço privado (casa).

Mesmo diante de uma segmentação social e cultural, usar o que oferece a Praça da Paz, em termos de equipamento, permite ao frequentador dispor de atividades que (re)elaboram hábitos cotidianos. Essa estrutura espacial promove a sociabilidade, que cria caracteres de pertencimento.

Tal fato é comprovado a partir da metodologia utilizada: questionário semi estruturado ouvindo depoimentos dos frequentadores, comerciantes, pedestres que usam o espaço cotidianamente, bem como pessoas envolvidas na construção da Praça da Paz, dentre estes, moradores antigos, representante da Associação de Moradores. Também em conversas informais com os jovens, adolescentes, crianças, adultos e idosos, que fazem da praça espaço de vivência, encontramos depoimentos que demonstram o fazer cotidiano de uso do espaço público Assim compreendemos a configuração dada por esta população usuária a este espaço público através de seu uso cotidiano.

Nesse sentido, o pertencimento se dá a partir de sua apropriação do que espacialmente lhe confere, em símbolo material e social, numa rede ligada por nodos de sociabilidades. Sendo assim, através de uma pesquisa no local, por meio de um questionário semiestruturado, e ouvindo os visitantes da Praça da Paz, buscamos compreender a configuração dada por essa população usuária a esse espaço público, através de seu uso cotidiano. Nesse sentido, o pertencimento se configura a partir da apropriação do que espacialmente lhe confere, em símbolo material e social, numa rede ligada por nodos de sociabilidades.

Nossa proposta de pesquisa se define, assim, por mostrar como o espaço público da Praça da Paz representa o retorno do hábito de frequentar espaços públicos, como a praça, por exemplo, e fazer deles um lugar de convívio com o outro, ao sair do privado da casa para pertencer ao público, mesmo que suas escolhas culturais e de uso desse espaço se pronunciem em garantir as singularidades daqueles que a frequentam em seu hábito cotidiano da “arte de fazer” e reproduzam socialmente esse espaço geográfico.

**CAPÍTULO I – A CIDADE DA PARAHYBA DO INÍCIO DO SÉCULO XX:
construção e transformação dos espaços públicos**



Praça Comendador Felizardo Leite – João Pessoa-PB – início do Século XX – Fonte: Arquivo UFPB

1.1. INICIATIVAS DE ORDENAMENTO URBANO

Até a segunda metade do Século XIX, a cidade de João Pessoa, nessa época, denominada cidade da Parahyba, viveu um lento processo de crescimento e evolução urbana, pois ainda se mantinha com sinais de uma cidade rural (MAIA, 2000). Todavia, de acordo com Silva (1997), a partir desse período, foram iniciadas as principais obras que transformaram o aspecto rural da cidade. Na concepção dessa pesquisadora,

do ponto de vista urbanístico, no Século XIX, a parte baixa da cidade vai ganhar uma enorme importância com multiplicação de casas comerciais na rua do Passo e das Convertidas (atual Maciel Pinheiro). Isto porque o algodão passa a ser o produto de exportação mais importante, movimentando o Porto do Capim, incentivando a importação de vários produtos e dinamizando o consumo. (...) Pode-se dizer que foi a partir do final do Século XIX que a cidade começou a fazer maquiagens urbanas em sua face rural. A partir desse período, a cidade deixa de ser apenas um lócus administrativo e núcleo de maior adensamento populacional. A urbanização torna-se um elemento de um processo mais amplo: a modernização. (SILVA, 1997, pp. 168-170)

Nesse contexto, também ocorreram mudanças mais significativas na estrutura urbana, tais como melhoria sanitária, abastecimento de água, ordenamento dos espaços públicos – ruas e praças – com propostas de maior circulação e acessibilidade de transeuntes aos espaços públicos. Além das obras de infra-estrutura, na paisagem urbana da cidade, esse período ficou marcado pela separação entre Igreja e Estado (CAMPOS, 2009).

O administrador, o Sr. Henrique Beaurepaire Rohan (1857-1859), tomou algumas medidas urbanísticas, na perspectiva de ordenar o espaço urbano e superar a arquitetura colonial ainda comum. Dessa feita, a cidade da Parahyba começou a sentir as primeiras transformações na sua estrutura em urbanização. Desse processo fizeram parte a abertura de novas ruas e o alinhamento de ruas e praças, o que demarcou a preocupação com o embelezamento da cidade (CAMPOS, 2009).

Para levar adiante o projeto de modernizar a cidade, B. Rohan enviou à Assembléia Legislativa um relatório¹ onde expunha sobre a necessidade de melhorias urbanas na capital da Parahyba. Esse projeto contemplou políticas de ordenamento e embelezamento do espaço urbano. Para tanto, ele contratou dois engenheiros estrangeiros (Bless e Polleman) e ordenou-lhes que promovessem o embelezamento da velha capital da Província da Paraíba (RODRIGUEZ, 1994). Além de organizar a cidade, quanto a sua estrutura urbana, o Presidente B. Rohan tratou do ordenamento das ruas e das praças.

A partir de então, as possibilidades de modernização da capital da Paraíba passaram a ser consideradas como necessárias pelas administrações seguintes, a exemplo do que ocorreu na gestão de João Machado, que iniciou os primeiros serviços de abastecimento de água e de

¹ Relatório enviado pelo Presidente Henrique Beauperaire Rohan à Assembléia Provincial, em cuja página 21 consta o seguinte: Ruas da Capital. Os arruamentos n'essa cidade nunca forão nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento. (...) Essa inconveniente tão palpável já foi sentido pelos legisladores da Parahyba, e o § 6º do art. 5º da lei nº 22 de 15 de outubro de 1857, autorizou a presidência a mandar levantar planta da cidade com alinhamento das ruas e designação das praças. A planta mandei-a levantar e se acha pronta (...). (SILVA, 2009, p.28)

luz elétrica da capital. Na sequência, Camilo de Holanda realizou inovações urbanísticas, e Solon de Lucena impulsionou a nova era de modernização urbana da capital.

As ações administrativas dos governantes tinham o propósito de tornar a capital da Parahyba uma cidade moderna, portanto, urbanizada, o que se confunde com as palavras de Cardoso (2010), quando diz que urbanizar significa sanear, iluminar e, assim, embelezar. Prosseguindo tal discussão, esse pesquisador afirma:

Urbanizar implica inserir os signos de uma cultura urbana. A dominação do privado pelo público, que concebe à cidade a designação de lugar público, privilegia a rua que passa a ser discutida e pensada como reduto de mobilidade de pessoas, de veículos e mercadorias. A rua que tinha um aspecto colonial necessitava acompanhar o processo de modernização, pois a mesma começava a dividir espaço com signos modernos, como os postes para iluminação da cidade, alargamento das ruas para passagem de carroças e de automóveis (...). Devido ao progresso, eram necessários novos requisitos para a rua tornar-se viável no novo mundo urbano. Isto será uma das justificativas para as mudanças no plano urbanístico da cidade. (CARDOSO, 2010, P. 30)

A perspectiva de pensar a cidade com base no binômio modernização/urbanização permaneceu como prática dos governantes, porquanto, para os administradores do início do Século XX, o processo de modernização continuou a representar melhoria urbana nos modelos de saneamento, com obras públicas de infraestrutura, como abastecimento de água, iluminação elétrica e bondes elétricos. Tais caracterizações configurariam a nova imagem do espaço da cidade, tornando-o mais agradável, “belo” e “moderno”.

Nesse projeto, também foram incluídos as praças, os largos e os jardins, que passaram a incorporar nova proposta de uso na cidade. O moderno surgiu com o novo uso que se proporcionou às praças, construídas para atender ao cotidiano do grupo social, que passou a usufruir deles como espaço de entretenimento e sociabilidade, posto que, nas praças, os frequentadores conversavam sobre os mais diversos assuntos e se conheciam. Também passam a conhecer os assuntos do dia, como as novidades na arte de se vestir e portar-se publicamente.

Efetivamente, as mudanças no plano urbano da capital da Parahyba foram implementadas pelos administradores, que perceberam o moderno como condição capaz de erradicar da cidade a feição rural. Todavia a cidade ainda era dependente da economia rural. Os governantes passaram a corrigir os entraves estéticos que faziam da cidade uma continuidade do campo e elegeram prioridades, como infraestrutura urbana. A perspectiva era mostrar a nova face do moderno recém-chegado à cidade.

No governo de Camilo de Holanda (1916-1920), foi instalada uma proposta administrativa voltada para o progresso, da qual faziam parte as obras de alargamento de ruas, calçamento, edificações, abertura de avenidas e praças. Silva (1997, p. 176) enuncia que “chegaram à cidade arquitetos italianos que transformaram a concepção urbanística colonial e introduziram casas modernas, arejadas, avarandadas”. O Presidente da província ordenou a construção da Praça Venâncio Neiva, e foram construídos logradouros públicos. A cidade passou a ser embelezada, o que a tornou convidativa ao passeio, visto que as pessoas passaram a sair de casa e a frequentar as praças. Assim, o espaço público das praças inicia sua fase de uso e passa a fazer parte do cotidiano da cidade.

Acerca do uso da praça, Mauro Koury (2005, p.150) lembra que “a população começou a frequentar as ruas, as praças, os coretos, como forma de não só fazer política ou comércio, mas também de se divertirem e encontrarem os amigos.”

As mudanças começaram a se tornar notícia:

De três anos a essa parte, com o governo do Sr. Dr. Camilo de Holanda, a Parahyba tem melhorado sensivelmente e com melhor as razões sob o ponto de vista material. Deve-se à benemerência da atual administração o remodelamento da capital, que, sem favores, já se destaca em todo o norte da República. Durante esse breve tempo ninguém pode negar que foram bem notáveis os serviços advindos da ação governamental do Sr. Dr. Camilo de Holanda. Hoje em dia, com esse admirável impulso material, a Parahyba se encontra naturalmente na lista dos departamentos do país que mais futuro propício e brilhante se pode desde já afirmar. (A União, 16/01/1920)

Mesmo que as notícias de otimismo tivessem vindo de um jornal que pertence ao poder público, as mudanças eram visíveis na capital, pois surgiam como perspectiva de progresso para a então acanhada cidade da Parahyba.

Essa perspectiva continuou, visto que Solon de Lucena (1920 a 1924) manteve a proposta anterior de modernização da cidade. Para dar continuidade ao progresso urbanístico da capital, convidou o médico Walfredo Guedes Pereira para assumir a prefeitura da cidade, o qual ficou na memória devido a ter imposto uma administração marcada pela construção e por obras de infraestrutura, desde a abertura de novos bairros em direção a Tambaú à transformação da “velha lagoa” em parque público. Construiu a Praça Vidal de Negreiros, no Ponto de Cem Reis, e o Parque Arruda Câmara (Bica), além de obras de saneamento.

Com Guedes Pereira na Prefeitura, surgiu a liberdade administrativa, com autonomia para propor e executar as mudanças que considerava necessárias para garantir o progresso e a modernização da capital da Parahyba. Devido a isso, a Revista Era Nova publicou um

pequeno artigo, que retrata a autonomia administrativa do Prefeito Guedes Pereira e evidencia a postura do Presidente Solon de Lucena. O artigo relata:

Dos políticos novos, na Parahyba, nenhum conquistou, tão rapidamente, essa segura individualidade de administrador que distingue, hoje, o dr. Guedes Pereira. Pela primeira vez apareceu entre nós a ação do Prefeito da capital, exercida anteriormente pelo presidente do Estado. E essa autonomia que a Prefeitura tomou é outro gesto de longo e descortinado desprendimento do ex-presidente Solon de Lucena. (REVISTA ERA NOVA, outubro-novembro de 1924)

A liberdade administrativa atribuída ao Prefeito Guedes Pereira estava distribuída no país como ideologia de progresso, já que o “grito de guerra” da República era de “Ordem e Progresso”. Para alcançá-lo, necessitava de alguém para gerenciar uma política de investimento em obras públicas, explorar a estética e maquiar a cidade, com a face do progresso e da modernidade.

As atitudes de gestão da Prefeitura da capital deixaram marcas não apenas nas obras públicas, mas também na aceitação dos moradores da área central da cidade, que viram com bons olhos as mudanças implementadas na estrutura urbana. A partir de então, passaram a elogiar o presidente Solon de Lucena e o prefeito Guedes Pereira, conforme anunciou a REVISTA ERA NOVA (1925), numa de suas edições.

O antecessor do Sr. João Suassuna não teve cuidados infantis com Parahyba. Entretanto, o nome do prefeito Guedes Pereira está intimamente ligado a essas obras, como autor e realizador.”; (...) “O presidente Solon de Lucena enfrentou os nossos problemas, procurando-lhes as soluções e realizando-as, praticamente”; “Nos fatos da Parahyba o Sr. Solon de Lucena ha de aparecer, por sem dúvida, como um das figuras de quem dever-se-á falar sempre com a mais justa veneração. (REVISTA ERA NOVA, 1925)

Paralelamente aos elogios a ambos os administradores, havia as críticas em relação às transformações urbanísticas que aconteciam na capital, vários artigos e crônicas. Anônimos ou não demonstravam a opinião do leitor sobre os serviços de urbanização que estavam sendo implementados na capital da Parahyba. Nesse sentido, é pertinente o artigo publicado pela Revista Era Nova, em que o colunista Alcides Bezerra manifesta insatisfação pelo descaso do poder público com o patrimônio histórico e com as reformas que já estavam acontecendo na cidade da Parahyba no início do Século XX.

Assim escreveu Alcides Bezerra:

Faz dez anos se iniciou o movimento transformador da nossa urbs, acentuando nesses últimos tempos de modo notável. A cidade está mudando sensivelmente de

aspecto. Perde a sua feição colonial para vestir a mascara uniforme da civilização. Há quem se rejubile com isto e deseje que a mudança seja completa, radical. Não deve ficar pedra sobre pedra. Todos os prédios antigos devem ser demolidos, ou pelo menos transformados, vestidos à moderna, hediondez para a qual a estética já não tem qualificativo. Para essa nervose de modernismo não há remédio. Ela tem causas profundas, complexas e variadas. (...) Como indivíduos e como nação vivemos somente o momento que passa. O passado e o futuro não são categorias da nossa sensibilidade. Só uma coisa nos preocupa: a derradeira moda. O que não traz o selo da mais fresca modernidade. (...) Mereceria os maiores louvores o prefeito que conseguisse do Conselho Municipal uma rigorosa lei nesse sentido e a cumprisse à risca. O Dr. Guedes Pereira, com o conhecimento que tem, dessa matéria e as condições excepcionais de prestígio com que assumiu o cargo, bem poderia dotar-nos de modelar a legislação a respeito desse magno assunto. (...) Contemporâneo das grandes mudanças que diversificam as feições da nossa urbs, não posso pensar no problema do modernismo, sem temer pela sorte dela. Dentro de poucos anos terá perdido todo seu pitoresco e será uma banal cidade moderna como tantas outras que se improvisam nas zonas férteis. (...) quando virá o dia em que nossos licurgos hão de voltar leis que protejam o nosso patrimônio artístico? (ALCIDES BEZERRA, REVISTA ERA NOVA, 1921)

Nessa perspectiva, muito se falava na imprensa sobre as mudanças urbanas em todo o país, principalmente no Nordeste, e se questionava a nova fisionomia das cidades em favor da modernização. À primeira vista, os colunistas passavam a ideia de que eram contrários à modernização das cidades nordestinas, quando, na verdade, criticavam o modelo implementado, sobretudo porque desconsideravam a arquitetura da cidade e o seu valor histórico.

A questão não ficou na crítica, tomou outros rumos e medidas. Não demorou, e a discussão da temática urbanística levou à organização do Primeiro Congresso Regionalista onde fora abordada a defesa da fisionomia das cidades (REVISTA ERA NOVA, abril de 1925). Em artigo publicado no Jornal “O Diário de Pernambuco”, de 1925, Gilberto Freire escreveu sobre o processo de modernização pelo qual a cidade da Parahyba estava passando:

Hoje a Parahyba é uma cidade a sangrar:retalhou-a a cirurgia esthetica dos engenheiros, para reduzir todo aquelle zig-zag a symetria (..) É contra esse hausmannismo estúpido que é preciso movimentar o sentimento de uns e a intelligencia de outros, para que não desapareça de todo das nossas cidades a expressão da nossa vida e do nosso espirito. O Congresso Regionalista realizará, com relação a esse assumpto, a obra de educação que já devia ter sido iniciada. É um relógio despertador que retine atrazado. Mas em tempo, ainda, de despertar vontades, sentimentos, forças dispersas. (REVISTA ERA NOVA, abril de 1925)

Colunistas e articulistas dos jornais e das revistas da época escreveram vários artigos onde discutiam sobre as transformações das cidades, ao mesmo tempo em que ofereciam espaços para as discussões contra tais modernizações que se faziam presentes nas cidades de todo o país ou favoráveis a elas desde o início do Século XX. Entre todas as questões levantadas, o que mais se destacava era o não abandono do aspecto histórico como marco das

idades. Os colonistas se dirigiam aos representantes do poder público, chamando à atenção deles para a demolição de prédios que contam a história das cidades, pois foram construídos no período colonial.

Acerca dessa discussão, é pertinente a crônica escrita por Adhemar Vidal, em que ele se refere às mudanças que estavam sendo executados na capital da Parahyba. Segundo esse colunista,

o ano derradeiro foi o ano em que mais se abriram novas ruas e novas avenidas nessa capital. Em numero realmente considerável. Até Igrejas foram postas abaixo para dar lugar ao espaço de praças confortáveis. (...) Assim, a nossa cor local tende a vestir novas fórmulas, quando seria para desejar nunca experimentasse influencias alheias – influências que caracterizam outros lugares e outros povos. (...) (REVISTA ERA NOVA, abril de 1925)

Foi com a concepção de modernização valorizada por uma diretriz de reforma urbana fundamentada em sanear, circular e embelezar (GARCIA e LEMOS, 2005) que os administradores de início do Século XX impuseram à cidade as novas feições urbanas, com iniciativas de ordenamento de ruas e praças e implantação de infraestrutura. Os atos dos representantes do poder público, nesse sentido, sugeriram um novo tempo cultural para o cotidiano do cidadão. Isso foi feito com recortes na arquitetura da cidade, fundamentado na tríade sanear – circular – embelezar, que se tornou o “carro-chefe” que direcionou todas as mudanças na cidade, pois foram entendidas como prioridades para se manter a higiene, reduzir as moléstias e proporcionar diversidades de uso dos espaços aos moradores da cidade.

1.2. AS PRAÇAS – UM ESPAÇO PÚBLICO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

A incorporação da maquiagem urbanística, vinculada à tríade sanear/circular/embelezar, ofereceu à paisagem da cidade um significado que passou a ser construído na vida social e cotidiana da população urbana, visto que o espaço público passou a ser usado para novas opções de sociabilidade, como encontros, passeios e diversões, o que, até então, era restrito aos espaços da Igreja, como os adros e os pátios, e direcionados às festas religiosas ou aos encontros após a missa (MELO, 1990).

Nessa perspectiva, Silva (2009) acrescenta que as praças e os jardins integraram-se no conceito de progresso e passaram a se constituir como um novo espaço na cidade.

Construídas, ampliadas ou reformadas não apenas para embelezar a paisagem urbana, foram incorporadas, no dia a dia, como espaços de passeios e de encontros.

As administrações da cidade da Parahyba, que se seguiram nas primeiras décadas do Século XX, foram incentivadas pelas ideias de investir na modernização, entretanto, foi nas praças que encontraram, em tais gestões, o convite para embelezar e tornar aprazível a estética da cidade. Em virtude do melhoramento das praças e da beleza que passaram a ostentar na paisagem da cidade, os poetas passaram a chamar a capital da Parahyba pelo codinome “Cidade dos Jardins”. Essa condição lhe garantiu um diferencial, um de ser uma cidade com praças e jardins aptos a receber visitantes em relação às outras capitais do país (SILVA, 2009).

Sobre a nova roupagem apresentada pela cidade, onde os jardins públicos e as praças eram a “alegoria” principal, a *urbs* paraibana encontrou o seu diferencial urbano, o que foi incentivado pela imprensa, conforme nota publicada pela Revista Era Nova (1923), cujo editor afirma:

Uma das maiores belezas da nossa capital e que logo encanta os nossos visitantes, são os nossos jardins públicos. Poucas cidades do Brasil talvez os tenham tão lindos e aprasíveis. Toda gente que por aqui passa faz-nos essa justiça. A Parahyba já ganhou mesmo os foros de “cidade dos jardins”. (REVISTA ERA NOVA, 1923)

Vale ressaltar que as iniciativas de modernizar e embelezar os espaços públicos e apontar a cidade da Parahyba como a que tem os mais belos jardins e praças para uso dos cidadãos, vieram acompanhadas da destruição de parte de seu acervo arquitetônico histórico.

Assim, as obras de alargamento e de abertura de ruas e a construção de praças resultaram na demolição da Igreja do Rosário dos Pretos, localizada na Avenida Duque de Caxias, em 1923, que foi demolida para dar lugar à construção da Praça Vidal de Negreiros. De acordo com Melo (1990, p. 45), ela se tornaria “o centro nervoso da cidade, visto que os bondes tinham seu entroncamento nessa praça. Ela também servia de estacionamento para carros de aluguel e manifestações” populares. Portanto, a Praça Vidal de Negreiros deixou para trás parte da história, que se conhece apenas das páginas de livros e fotos antigas, e passou a vivenciar outra história.

De fato, as iniciativas de modernização, embelezamento e saneamento da cidade da Parahyba vieram acompanhadas de destruição de parte de seu acervo histórico, representado por uma arquitetura colonial exposta pelas Igrejas, mas que foram demolidas para abrir caminho e dar passagem ao “progresso”, sobretudo, porque ocupavam espaços importantes

para a expansão da cidade. Por outro lado, a cidade ganhou marcas da modernização, do novo, do belo. No lugar da Igreja demolida, foi erguida uma bela praça com seus jardins. Esse novo equipamento passou a oferecer à população outros significados. A esse respeito, Gabriel Bechara (apud MELO, 1990) afirma:

O Jardim Público (...) teve um significado importante na vida social da cidade no final do Século passado e começo desse Século. Representou um espaço de lazer laico, não mais sob a tutela e vigilância da Igreja que até então ordenava os festejos, por ocasião das datas religiosas. Não foi, entretanto, uma iniciativa da sociedade civil organizada, mas apenas a ocupação do espaço da Igreja pelo Estado na ordenação das relações sociais. Ao invés da Igreja o Palácio, no lugar o adro o jardim, em vez das ladainhas, as polkas e dobrados das bandas oficiais. (MELO, 1990, p. 52)

Percebemos que, com as transformações urbanísticas implementadas pelo poder público, houve também transformações no papel social que a Igreja exercia para a população urbana. Essa instituição religiosa reduziu sua ação no processo de ordenar a vida social do cidadão, uma vez que as novas propostas trazidas pelo progresso limitaram a Igreja aos festejos religiosos.

O novo significado atribuído ao cotidiano do cidadão é acolhido por um grupo social que apreciava o moderno, pois a imagem, segundo Chagas (2004, p. 143), era a de que “quem é moderno sai de casa e vai à praça”. A praça, como espaço público, permitiu vivências de sociabilidade, com entretenimentos e pontos de encontro dos moços e moças de tal grupo social. Entretanto, frequentar lugares públicos já estava incorporado ao pensamento moderno de viver na cidade. Assim, continua o autor: “Eis a razão por que os administradores públicos e os moradores da área central passaram a se preocupar com as condições e estrutura das praças e do jardim público, bem como com os eventos que lá ocorriam” (CHAGAS, 2004, p.143).

Em outras palavras, as exigências de um novo padrão de viver na cidade, adquirido pelas classes sociais mais favorecidas, fizeram o governo impulsionar o ordenamento dos espaços públicos, com obras de melhoramentos das praças da capital, que estavam localizadas na área central da cidade e precisavam de reformas que, conseqüentemente, eram impróprias para o uso de tal classe social que estava incorporando os hábitos da chamada modernidade.

Assim, as reformas e as construções surgiram de forma a transformar as praças em espaço público com aparência digna, capaz de satisfazer ao gosto de uma classe que ansiava por desfrutar ainda mais as belezas e divertir-se fora das residências. Esse fato foi noticiado assim pela imprensa da época:

... um pavilhão central, elegante e artístico, que substituirá o velho ali existente, já desproporcionado e antiestético, visto parecer um barracão, numerosos bancos sólidos e confortáveis, e cadeiras suficientes para se ouvir sentados à música executada no coreto. (...) (Jornal A União, 1918)

Praça Commendador Felizardo: Pela Prefeitura Municipal foram mandados pintar o coreto e todos os bancos desse logradouro público, sendo as respectivas despesas custeadas pelo Estado (...) (JORNAL A UNIÃO, 1923)

Praças e Jardins: Sob a administração e fiscalização da Prefeitura continua o custeio dos logradouros públicos da capital a ser feito por conta do Estado. (Jornal a União, 1923)

Na perspectiva de oferecer espaços públicos compatíveis com as exigências da população usuária, o gestor estadual absorveu todo o custo financeiro de construção e de melhorias das praças e deixou para a Prefeitura a administração e fiscalização das obras, aprovadas pelos que consideravam a necessidade de mudar a face da cidade da Parahyba e ingressá-la nas propostas de progresso.

Além de propor um espaço para uso social, digno de uma população urbana, que buscava fora das residências ou do espaço das Igrejas lugar para seu entretenimento, o gestor público municipal tinha a função de planejar e gerenciar o espaço público. No entanto, a iniciativa de modernização seguiu acompanhada da segregação entre as classes sociais, uma vez que os mais pobres foram excluídos do uso dos espaços públicos, pois foram proibidos de passear nos jardins, que foram cercados, e o acesso só era permitido àqueles economicamente incluídos nos altos escalões sociais. Esse fato é explicado desse modo por Melo (1990, p. 99):

O coreto do jardim Público, situava-se no centro da praça cercada por trabalhados gradis de ferro a que, ultrapassados os portões, em número de quatro, distribuídos por cada lado da praça e trancados a chave por um zelador, só tinha acesso as classes alta e média – o chamado povão ficava do lado de fora do passeio.

Assim, a divisão entre as classes sociais era evidente, pois, junto do coreto, ficavam os grandes comerciantes ou empresários, políticos, um pouco atrás, os funcionários públicos e estudantes da classe média, e os pobres se colocavam por trás do gradil que cercava a praça (MELO, 1990).

Outro aspecto significativo a ser destacado é o uso social que se fazia das praças, com seus jardins e coretos. Elas foram planejadas para oferecer ao usuário diversão, como passeios ao som das bandas musicais, o que atraía os frequentadores. De acordo com Chagas (2004, p. 146),

O Jardim Público, agora dotado de condições físicas para garantir melhor comodidade aos frequentadores ouvintes das retretas e outros eventos que ali acontecessem, se tornou um importante espaço de sociabilidade. Aos finais de tarde, as retretas alegravam os transeuntes.

O aspecto de tais logradouros públicos não atraía as “massas”, pois o hábito de ouvir música instrumental não foi estendido às classes pobres. A programação cultural do Jardim Público era voltada para o interesse de uma classe que se fazia presente e disposta a desfrutar do que considerava uma boa música. Semanalmente, os jornais que circulavam na cidade da Parahyba publicavam o que seria apresentado ao público, como noticiado pelo Jornal a União (1920):

É o seguinte o programma da retreta a realizar-se, (...) na Praça Commendador Felizardo, pela banda de musica da Força Policial: 1ª Parte: - marcha por Lucien Collin, valsa, por J. Eduardo; samba, por H. Sanches; dobrado por J. Arthur. 2ª Parte: - fantasia por R. Wegner, valsa, F. D. Gondim; (...) dobrado por Antônio.

Entre os usuários das praças, eram comuns as conversas entre os jovens, que se sentavam nos bancos ou passeavam em grupos ao som das retretas, executadas pela banda musical da Polícia Militar. Isso era considerado como um ponto de status e de civilidade. Mesmo sendo um lugar público, o espaço dos jardins era seletivo, porquanto só os considerados de classe social alta eram autorizados a frequentar o Jardim Público. Conforme comenta Chagas (2004, p. 148), “(...) mesmo tendo sido retirado o gradil do Jardim Público², os pobres continuaram sem frequentá-lo”, já que as atrações não interessavam aos pobres, que não apreciavam tais programações.

As obras de revitalização executadas no Jardim Público também foram empregadas nas outras praças, como Praça Pedro Américo, Venâncio Neiva, Aristides Lobo e Rio Branco (CHAGAS apud RELATÓRIO DA DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS – AHPB, 1917-1929).

A Praça Pedro Américo sofreu radical reforma na sua paisagem (...) sendo dotada de uma calçada com três metros de largura, seguindo em linhas elegantes, a topografia acidentada do terreno, proporcionando melhor espaço e comodidade ao público que a frequentava nos finais de tarde. Ainda foram devidamente podadas todas as árvores e edificado um elegante coreto, transformando-a num aprazível lugar público propício aos passeios e aos flertes de finais de tarde. (...) (CHAGAS apud ALMANARQUE DO ESTADO DA PARAHYBA. CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE: IMPRENSA OFICIAL, 1913, p. 33).

² Só no final da década de 20, o gradil de ferro que cercava a praça foi retirado, permitindo a todos o acesso aos eventos musicais das Bandas da Polícia Militar ou do Batalhão de Caçadores. (Chagas, 2004, p.148)

A propósito da reorganização da URBs da capital e, principalmente, dos lugares públicos frequentados pelas elites, era necessário controlar e vigiar, a fim de impedir que fossem usados por pessoas cujos hábitos eram considerados duvidosos, como as empregadas domésticas, os mendigos, entre outros de classes sociais inferiores (CHAGAS, 2004). Portanto, foi criado o código de postura, com o propósito de racionalizar e ordenar o uso do espaço público, através de regras de convivência (CHAGAS apud CÓDIGO DE POSTURA DA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE. IMPRENSA OFICIAL, 1910, 1917, 19200).

Nesse sentido, a decisão de idealizar um código de postura para uso das praças servia, também, para segregar a população, porque nem todos os moradores da cidade tinham acesso às atividades culturais que ocorriam nas praças. Tratava-se, pois, de uma programação cultural destinada a um público selecionado.

De fato, havia regulamentação dos hábitos e dos costumes e disciplina do uso dos locais públicos, ou seja, as praças, com seus jardins e coretos, o que comumente era noticiado pela imprensa. A esse respeito, o Jornal “A União” fez a seguinte nota: “Chamamos a atenção de quem de direito para um grupo de moleques e filhos de família, que se reúnem todos os dias no Jardim Público, a jogarem pedra nas árvores, e praticarem o sport de football, muito inconveniente naquela artéria.” (A UNIÃO, 1920).

Nessa perspectiva, o uso do espaço público urbano era de caráter excludente, porquanto maquiava a cidade com possibilidades de espaços para vivências cotidianas, carregadas de significações polidas de segregação social, pois apenas aos mais abastados fora permitido participar da nova ordem estabelecida, sobretudo do entretenimento ocorrido nas praças.

Para uma sociedade com profundos contrastes sociais e econômicos, o uso das praças era privilégio de poucos. A praça passou a ser um equipamento urbano apreciado e desfrutado pelas elites, um espaço de passeios, conversas e brincadeiras ao som das bandas de música. Tudo ocorria sempre nos finais de tarde, e isso era uma referência dos valores modernos, aos poucos adquiridos, à medida que a modernização do espaço urbano da capital foi se efetivando.

As praças, como espaços escolhidos pelo poder público e compartilhados pela população para incorporar as práticas modernas, reservadas à sociabilidade fora da esfera privada da casa, tornaram-se também lugares comuns de passagem entre os que circulavam pelo centro da cidade, o que fez desses espaços públicos um símbolo de orgulho para a sociedade paraibana. Até os que não tinham permissão para frequentar e usufruir de seus

jardins e coretos consideravam as praças o mais belo dos espaços públicos da capital da Parahyba.

Portanto, compreendemos que o estabelecimento de políticas de gerenciamento de espaços públicos, nas primeiras décadas do Século XX, também visava proporcionar significados estéticos para valores vinculados ao ato de se divertir e atender à necessidade de se incluírem na esfera da modernidade os passeios em jardins públicos ao som de retretas, o que constituía atividade saudável e diversão.

A Praça Venâncio Neiva e a Comendador Felizardo Leite (atual Praça João Pessoa), conhecida como Jardim Público, ofereciam aos usuários o espaço de uso restrito a algumas atividades, como os passeios de fim de tarde ao som das chamadas retretas. A Praça Vidal de Negreiros, popularmente conhecida como Ponto de Cem Réis³, era o espaço público onde se encontravam diferentes classes sociais, pois, como o local se destinava ao ponto final do bonde, concentrava uma população diversa. Chagas (2004) refere que essa condição da Praça Vidal de Negreiros fugia ao controle e ao disciplinamento do seu uso. Isso fazia com que fosse frequentada tanto pelos intelectuais quanto pela população de trabalhadores, que ficava à espera do bonde, e se constituísse como um espaço de passagem que servia a todas as camadas sociais da população.

Chagas (2004) descreve que,

de boca a ouvido, as notícias vinham do pátio da estação e se concentrava no Ponto de Cem Réis, sendo por essa razão, um local atrativo na época, sobretudo para os que tinham incorporado ao seu cotidiano o hábito de ler jornal. (...) Os frequentadores (...) conversavam sobre os mais variados assuntos, indo da política, à seca ao destino dos mendigos que, todos os dias, chegavam do sertão. Assim nem mesmo a intervenção urbanística a qual foi submetida, na década de 1920 (...) foi suficiente para apagar da memória coletiva denominação de outrora e a sua função no contexto da capital paraibana. (...) Nesse local, também se encontravam os jornalistas que, em um bom tom de voz, anunciavam de viva voz ao público as últimas manchetes divulgadas em *A União, A Imprensa e Correio da Manhã*. Ainda se flagrava nele os bilheteiros dos teatros e cinemas, que vinham informar quais películas estavam em exibição na cidade. (...) o Ponto de Cem Réis não era espaço de diversão, mas, devido aos diferentes condicionamentos que levavam as pessoas a esse local, ele possibilitava a socialização entre os que por lá passassem, tornando o ponto de prosas e todos os contos. (CHAGAS, 2004, p. 160-161).

³ A denominação Ponto de Cem Reis, atribuída ao pátio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, data do início do Século XX e está associada ao valor da passagem cobrado no bonde das linhas do Varadouro, Trincadeiras e Tambiá. De acordo com Chagas (apud BENEDITO MAIA, 1976), quando o bonde chegava próximo daquela artéria da cidade, o cobrador gritava: “Cem Reis!” O grito era uma maneira de lembrar aos passageiros que ainda não haviam pago a passagem e de informar aos desapercibidos o valor da passagem. (CHAGAS, apud BENEDITO MAIA, 1976, p. 14)

Efetivamente, mesmo com a construção da Praça Vidal de Negreiros, no governo do Prefeito Guedes Pereira, o Ponto de Cem Réis continuou servindo a um público diverso, tanto em nível social quanto econômico, não como um espaço direcionado às mesmas características oferecidas pelo Jardim Público. Porém, de certa forma, o espaço tornava-se prazeroso para aqueles que buscavam diversão nas conversas e nos encontros do dia a dia.

Deveras, o Ponto de Cem Réis ainda permaneceu como um lugar típico de jardins e retretas, mantendo a imagem do lugar onde todos podiam se encontrar, conversar, passear e divertir-se, além de noticiar o que era manchete nos meios de comunicação do país e do mundo. Portanto, a Praça Vidal de Negreiros continuou sendo, para a cidade, o Ponto de Cem Réis.

Em síntese, os grupos sociais construíram suas fronteiras de acordo com o uso e a identidade que atribuíam ao espaço usado. Assim, temos, na Praça Venâncio Neiva e no Jardim Público (Praça Comendador Felizardo Leite), um espaço, por excelência, para uma classe social favorecida economicamente, pois era ali onde se encontravam pessoas que, socialmente, detinham o poder de privatizar o espaço público para seu uso. Na Praça Vidal de Negreiros, conhecida como Ponto de Cem Réis, o espaço era aberto para todo o público, ou seja, definia-se como um lugar socialmente acolhedor de todas as representações e tipos sociais, com práticas comportamentais diversas, com fluxos e circulação que favoreciam o intercâmbio entre os bairros da cidade.

Na dimensão urbana da cidade da Parahyba de início de Século XX, mesmo sendo sinônimos de “jardins símbolo da modernidade”, nas praças, estão imbricadas as diferenças sociais. Os cidadãos passaram a conviver com as renovações culturais que se consolidaram no seu imaginário e aprenderam a entender a praça como um espaço público, porém segregador.

Chagas (2004) afirma que,

aos poucos, as pessoas (...) passaram a frequentar as praças e os jardins. O novo costume era decorrente da nova mentalidade e se fundamentava na liberdade e na satisfação do desejo de ser moderno, razão por que tal hábito passou a ser comum aos moradores (...). O propósito era tornar o Jardim Público um espaço aprazível, compatível com a feição urbana da cidade e das elites, e proporcionar a essa classe um lugar de sociabilidade fora das suas residências. (...) Embora fosse público, se consolidou num espaço seletivo restrito às famílias consideradas “decentes”, (...). A presença de empregadas domésticas (...) não era digno as moças recatadas e formosas frequentarem os mesmos espaços que as domésticas; visto tratarem-se essas últimas de mulheres pobres. (...) (CHAGAS, 2004, p. 145 a 150)

Acrescentamos, ainda, que o acesso aos espaços públicos criou novas relações sociais, e as praças passaram a ser espaços das pessoas, os quais, a partir da década de 1910,

estabeleceram seus valores e atividades diferentes, pois, até então, estavam voltados para dentro da casa ou da Igreja. O passeio, a recreação, a diversão e os encontros deixaram de ser restrito aos familiares e tornaram-se públicos à vista de todos. Ou seja, passou a ser permitido, observado e a observar posturas e comportamentos de socializações entre os grupos diversos.

Mesmo em torno de uma segregação espacial, quanto ao uso das praças, nas primeiras décadas do Século XX, quando o poder público inicia as primeiras reformas e propõe uma urbanização da cidade, para acompanhar o ritmo do progresso e da modernidade, permite uma vinculação direta com o espaço público e uma mudança nos valores sociais, em que se constrói uma percepção de mudar as formas de viver na cidade. Assim, a cidade se desprende do aspecto rural para mostrar uma representação urbana, com acesso das pessoas ao lugar público higiênico, moderno e belo. Mesmo que tal representação não atinja toda a população da capital da Parahyba, ninguém “ficou imune às mudanças com vistas à transformação da cidade da Parahyba num modelo de civilização e de progresso” (CHAGAS, 2004, p. 126)

As primeiras décadas do Século XX foram vistas sob o olhar do poder público para os espaços públicos, integrando a cidade numa conjuntura de progresso em que a exigência de higiene e de saúde pública era fundamental para indicar um crescimento moderno digno de uma capital. Também se vincula a ideia de buscar um diferencial urbano na imagem que a capital da Paraíba pretendia oferecer ao país – nesse caso, praças e jardins - como espaços públicos propícios à sociabilidade do morador urbano e ao embelezamento da cidade.

1.3. A CONSTRUÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS EM OUTRAS TEMPORALIDADES

Passeando por pelo período histórico da ocupação social das praças, na cidade de João Pessoa, interagimos com novos cenários, após as primeiras décadas do Século XX, quando começaram a surgir novas opções de usos de outros espaços.

A sociedade paraibana, na sua proposta de modernização, reinventou espaços que comandaram o processo de socialização. Em virtude disso, surgiram novos produtos urbanos. Assim, encontramos um crescimento da cidade marcado pelo esquecimento e pelo silêncio das praças como espaços de sociabilidade e referencial entre outras áreas urbanas.

A partir de 1930 do século passado, um novo foco alterou a paisagem urbana. A mudança de hábitos dos cidadãos atribuiu funções aos espaços urbanos e deslocou o eixo de sociabilidade dos espaços públicos das praças e dos jardins, para outras possibilidades de uso social.

De acordo com Silva (1997), os períodos que seguem a partir do governo de João Pessoa foram marcados por iniciativas econômicas:

O comércio passa a ser o eixo central da economia paraibana cujas ações do governo, moviam-se em torno de centralizar o comércio do Estado no próprio Estado, captando assim para a capital os benefícios das transações comerciais. (SILVA, 1997, p. 177)

Mesmo com a mudança política para o crescimento econômico, as reformas e as construções urbanas, como a abertura das Avenidas Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas, as obras de saneamento e de abastecimento de água (SILVA, 1997) e a construção do Pavilhão do Chá, na Praça Venâncio Neiva, mantiveram-se. Mas o caráter de sociabilidade oferecido aos espaços públicos das praças perde o significado no imaginário das pessoas, que “incorporaram ao cotidiano o hábito de frequentar cafês, cinemas e salões” (CHAGAS, 2004) como opções para encontros e diversão.

As propostas de urbanizar a cidade continuaram nas décadas seguintes do Século XX, incentivadas pelas políticas de transformar o caráter da população. A perspectiva era de disciplinar os hábitos dos moradores, que deveriam habitar com higiene, porquanto “a cidade foi modificada com padrões de salubridade e higienização do ideário, que aparece enquanto justificativa para as alterações que se dão no espaço da cidade da Parahyba” (SÁ, 2009). Por essa razão, as políticas públicas de saneamento e abastecimento de água seguiram o ritmo de governos anteriores. No entanto, não se imaginava mais embelezar as praças, vistas como geradoras de sociabilidade.

O hábito de frequentar os espaços públicos, a partir da década de 1950, resumia-se em “reuniões políticas, festas, desfiles cívicos e militares, futebol” (SILVA, 1997), enfim, as ruas e as praças se prestavam a outras dinâmicas urbanas, não mais aos passeios de fim de tarde, mas a eventos agendados.

A cidade possibilitou um novo contato urbano com a abertura de estradas e edificações de novos bairros, como Jaguaribe, Torre, Expedicionários, assim como a Avenida Cruz das Armas, redirecionando a cidade para o sudeste e a Avenida D. Pedro II em direção sul (KOURY, 2005). A construção de ruas foi a mais forte proposta de política urbana do Século XX e, à sua volta, reconstruiu-se o imaginário urbano progressista de crescimento, visando expandir a cidade, que saiu da área considerada historicamente como o centro.

Leandro (2006) enuncia que, na década de 1940, a expansão da Avenida Epitácio Pessoa e sua pavimentação na década seguinte surgiram como “vetor de expansão” da cidade

em direção às praias. Na década de 1960, acelerou o uso do solo de áreas em direção à orla marítima. Com a construção de conjuntos habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação (BNH), no entorno da Avenida Epitácio Pessoa, formaram-se bairros destinados a pessoas de maior poder aquisitivo, como, por exemplo: Expedicionários, Bairro dos Estados e Tambauzinho (LEANDRO, 2006). Essa nova dinâmica urbana favoreceu a ocupação do espaço litorâneo e iniciou a incorporação das praias como novas opções de espaço social destinado à população de João Pessoa.

Assim, o ordenamento dessa cidade voltou-se para outras necessidades favoráveis a apontar uma ordem estatal vinculada a momentos de planejamento viabilizado por uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (SILVA, 1997), que entendeu o crescimento da cidade, em termos de expansão e absorção de qualidade, e de novas imagens oferecidas ao cidadão. Além de jardins e praças nas áreas centrais históricas, era preciso incluir rodovias que permitissem o tráfego de transporte coletivo utilizado para deslocar o povo dos seus bairros para a praia aos domingos (SILVA, 1997). Essa atividade foi favorecida com as melhorias urbanísticas da Avenida Epitácio Pessoa, principal ligação à praia.

A orla marítima passou a cumprir o papel de transformar os hábitos e costumes dos moradores da cidade, e a sociabilidade construída nos espaços das praças, a conhecer um novo espaço - a praia - e aquelas relações sociais ostentadas no início do Século XX foram quebradas (KOURY, 2005), em nome de outras relações.

Em meados do Século XX, a orla marítima surgiu como opção de uso social, e as praças, como espaços públicos, viveram um período de pouco uso. Mesmo sendo construídas nos diversos bairros da capital, não tinham a política de uso do início do Século XX. Nesse contexto, estabeleceram-se novas relações de sociabilidade materializadas em torno de um novo viver na cidade, e outras espacialidades começam a surgir em meio ao crescimento e à modernidade por que a cidade passava.

A ideia do moderno, agora, veio acompanhada da expansão de atividades comerciais e de serviços, o que se seguiu ao longo do Século XX. Leandro (2006) destaca que a difusão de *shoppings centers* constitui-se exemplo desse processo, que teve o poder de alterar comportamentos espaciais pré-existentes. Assim, a articulação entre o novo modelo de crescimento econômico e os equipamentos urbanos advindos das dinâmicas modernas de uso social dos espaços consolidaram as sociabilidades em espaços diferenciados, o que permitiu a apropriação do espaço público não mais para os passeios. Nesse contexto, reproduziu-se o imaginário de cidade que dispõe de modernos espaços para uso de uma população que se modela a partir de outros interesses sociais.

Leandro (2006) assevera que o planejamento urbano estatal foi responsável pela produção do imaginário urbano, evidenciado na reestruturação da cidade. Esse pesquisador afirma que

as mudanças nas funções urbanas da produção para o consumo abriu novas possibilidades de uso do espaço urbano, exigindo uma nova imagem da cidade a fomentar, projetar e cuidar. As cidades assumem novas funções como centro de controle econômico e ideológico. (...) o planejamento estratégico do poder público busca readaptar a materialidade local. (LEANDRO, 2006, p. 39)

O Estado, ainda segundo Leandro (2006), a partir das últimas décadas do Século XX, divulgou modelos de crescimento urbano, baseados em uma política concentrada em investimentos nas áreas de serviços, com o intuito de atrair os investimentos em hotéis, centros de convenções e shoppings centers. Tais espaços surgiram com proposta de “imagem urbana (re) construída para manter o processo de valorização da cidade” (LEANDRO, 2006, p. 47).

O crescimento da cidade e a nova feição apresentada estavam vinculados ao Estado articulador da modernização urbana. Isso possibilitou ao morador da cidade uma nova dinâmica socioespacial, a partir de outra leitura de como vivê-la. O cotidiano moderno de uma temporalidade que findava o Século XX se percebeu silenciosa quanto ao uso do espaço público da praça.

A reconfiguração dos lugares públicos deslocou as práticas sociais apropriados pelas praças para os espaços materializados pela visibilidade estética e decorados de modernidade, não com a ideia de moderno do início do Século XX, mas com uma modernidade que não permite marcas e aparência do que já se tornou velho, em que as alterações estéticas do urbano produzam um cotidiano adequado ao que se oferece como novo (BERMAN, 1986).

O crescimento da cidade de João Pessoa, nas últimas décadas do Século XX, impôs um compromisso do Poder Público de se “olhar” para a modernidade, visto que a praça da sociabilidade cedeu espaço para o tráfego, passagens rápidas, ou seja, caminho para outras vias da cidade. O velho equipamento urbano passou a guardar seu tempo, enquanto as novas temporalidades deslocaram práticas sociais da cidade para os espaços produzidos com signos de modernização na paisagem urbana.

De acordo com Silva (1997), a construção do Shopping Center Manáira, nos anos de 1990, causou outros significados na valorização urbana, bem como no cotidiano da cidade e dos moradores. O habitante da cidade procurou vivenciar outros tempos, em outros espaços de sociabilidades que lhes proporcionaram a imagem de estar presente no mundo moderno.

Destaque-se, todavia, que a transformação vinda do pós-1930 do Século XX, vista como crescimento e expansão da cidade da capital da Paraíba, manteve a segregação entre os segmentos sociais. “Intervenções e reconfigurações estruturam ordenamentos que ampliaram a distinção entre os habitantes, levando a uma maior exclusão social” (KOURY, 2005). Assim, as práticas cotidianas na cidade continuaram excludentes, como a participação popular no processo de modernização que se criou na cidade. As intervenções urbanísticas estavam carregadas de interesses, cujos fins eram de viabilizar os grupos empresariais, um mercado consumidor atraído pelo imaginário da modernização.

A segregação espacial foi acompanhada da exclusão social, de parte da população, que, mesmo inserida na dinâmica de crescimento da cidade, não participou do uso dos novos espaços, como teatros, shoppings e cinemas. Ela se utilizou dos espaços públicos como a praça, para fins de tráfego, sem o imaginário de vivenciar a sociabilidade cotidiana. Esse aspecto acompanhou o processo de expansão urbana, e nele a praça vive seu silêncio, apesar de presenciar os passos que seguiram sem “olhar” sua forma típica propícia para dinâmicas de sociabilidades.

A cidade de João Pessoa absorveu a tendência das cercas e dos muros, e “os espaços públicos como as praças tenderam ao esvaziamento. Em contrapartida, os moradores da cidade” (CAMPOS, 2009) refugiaram-se para o shopping e condomínios fechados, aspectos do cenário urbano de fins de Século XX, que propunham novas sociabilidades e mantiveram a segregação social e espacial.

As reflexões acerca da construção e do uso dos espaços nos levaram a pensar que a construção de espaços públicos foi historicamente entendida como uma proposta de crescimento e expansão da cidade, norteadas pela valorização do moderno. A perspectiva era de sugerir uma imagem do “belo” do cenário ideal para a população da cidade, mas que fosse seletiva, visto que cada setor social passou a ocupar o espaço a que pertencia e criar uma cotidianidade materializada em práticas de sociabilidades.

Neste capítulo, propusemos um recorte temporal para o espaço urbano, entre as primeiras e últimas décadas do Século XX, com foco no espaço urbano e nas ações dos gestores em seu ordenamento. Caminhamos por ruas, avenidas e praças e atentamos para compreender as ações de alguns gestores no sentido de que a capital da Paraíba ingressasse nos novos tempos. No intervalo entre as primeiras décadas do Século XX e o seu final, a capital da Paraíba se tornou cenário de crescimento urbano, com uma diversidade de espaços públicos que se tornaram uma opção de uso cotidiano para os diferentes sujeitos sociais da época.

Ao longo desse processo, os espaços públicos mudaram de importância no âmbito urbano. Nesse sentido, a praça, que, até meados do Século XX, foi espaço de destaque na cidade, perdeu sua condição de *locus* social no cotidiano dos cidadãos, visto que outros espaços surgiram, como os teatros, os cinemas e os shoppings, por exemplo. Devido a isso, novas ou outras sociabilidades foram forjadas.

Ao longo desse processo os espaços públicos mudaram de importância no âmbito urbano. Nesse sentido, a praça que até meados do século XX foi espaço de destaque na cidade, perdeu sua condição de *locus* social no cotidiano dos cidadãos, visto que outros espaços surgiram, a exemplo dos teatros, cinemas e shoppings. Com isso, novas ou outras sociabilidades foram forjadas.

Com a percepção de revitalização de espaços públicos como as praças, os gestores de início de século XXI, na cidade de João Pessoa, implantaram um Projeto de Revitalização das Praças, propondo a população da cidade, um espaço que viabilize cultura, entretenimento e atividades educativas, procurando cultivar o hábito de a população frequentar a praça, bem como buscando incluir a participação popular nas decisões de ordenamento do espaço público, a partir de uma gestão que se propõe democrática considerando a participação popular.

E nesse contexto se encontra a Praça da Paz, que além de oferecer equipamentos para uso dos frequentadores, também cria laços de pertencimento e sociabilidade. No entanto não desenvolve uma participação ativa do cidadão, nas decisões de gerenciamento da praça.

As ações de gerenciamento do espaço público da Praça da Paz tendem a incentivar um modelo de participação cidadã, através de criação de um Conselho Gestor. Direcionando ao usuário de tal espaço, a tarefa de, também, ser o responsável pela gestão da praça. Atitude não encontrada nas gestões do início do século XX, em que cabia ao poder público a decisão de propor mudanças e ordenar os espaços públicos da cidade.

A retomada de alguns aspectos históricos sobre a ordenação dos espaços públicos da cidade de João Pessoa permite uma compreensão para acompanhar as propostas de retorno às praças, hábito que foi se diluindo com surgimento de novas etapas da modernização, e opções de fazer cotidiano. Mas que reaparece modelada com novos aspectos, quanto ao uso e práticas, sugerindo um retorno ao hábito de frequentar a praça, com outros significados socialmente produzidos.

CAPÍTULO II – PRAÇA: ESPAÇO PÚBLICO DE APROPRIAÇÃO COTIDIANA



Praça da Paz – João Pessoa - PB – Final da tarde e o cotidiano dos visitantes – Fonte: SECOM

2.1. PRAÇA DA PAZ – BAIRRO DOS BANCÁRIOS

A opção adotada para este capítulo foi oferecer inicialmente um olhar sob a configuração física da Praça da Paz, no sentido de ressaltar como se constitui esse espaço público em sua forma-conteúdo. Fazemos uma leitura nos aspectos construídos para um espaço que se destina a sociabilidade e que pertence ao cotidiano urbano. É nossa proposta apresentar a Praça da Paz na sua forma de espaço público contextualizada para proporcionar um caminho direcionado a uma vivência pública participativa e cidadã.

Encontramos em Certeau (2009 p. 184) que “a rua geometricamente definida pelo urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”. Assim, a praça é usada pela população que dela materializa socialmente o espaço. Nas considerações acerca da Praça da Paz, partimos da perspectiva de pensar em termos de apropriação de um espaço por meio de práticas cotidianas criadas pela dinâmica social estabelecida para ele.

Nesse sentido, quando a nossa proposta se destina a analisar a praça como espaço de produção social, parece fundamental compartilhar a idéia de Sobarzo (2006) de considerar o espaço público da praça como produto e produtor das relações sociais criadas para vivências cotidianas.

Ao iniciar uma leitura descritiva da Praça da Paz, em sua forma-conteúdo, consideramos pertinente a conformação do bairro onde ela se situa e como ele se constituiu perpassando uma importância de ligação com outros bairros da cidade.

Desde o início de sua criação, nos anos de 1980, o Bairro dos Bancários foi considerado pelos moradores da capital paraibana apropriado para receber uma população de poder aquisitivo compatível com a estrutura para a qual foi direcionado, ou seja, uma população de renda superior a um salário mínimo. Por outro lado, não deixava de apresentar problemas de infraestrutura urbana, que foram sempre divulgados pela mídia local, assim como os problemas existentes em outros bairros da cidade. As reivindicações de melhorias para o bairro acompanham os moradores desde sua inauguração, como podemos perceber na nesta reportagem do jornal *A União*:

Os moradores do conj. dos Bancários, inaugurado recentemente nas proximidades da Cidade Universitária, estão solicitando da Prefeitura a construção de um canal de esgotos para aquele núcleo residencial, ao mesmo tempo em que reclamam da falta de transportes coletivos, e dos lamaçais ali existentes. (Jornal *a União*, junho de 1980)

Nos dias atuais, o Bairro dos Bancários ainda permanece com o *status* de bairro típico para absorver uma população que tenha um padrão alto de consumo e que foi se valorizando nas últimas décadas, em seus aspectos imobiliários e de equipamentos urbanos, a partir de ruas arborizadas, com residências bem arquitetadas, lojas, vias de acesso para ônibus de transporte coletivo e saneamento.

Lavieri e Lavieri (1999) referem que o conjunto habitacional foi criado com recursos do Sistema Financeiro de Habitação, em parceria com o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte e da Paraíba (conhecida popularmente como INOCOOP). Isso quer dizer que as construções daquele local foram destinadas, em seus objetivos iniciais, aos trabalhadores das instituições bancárias, porém, ao longo da execução das obras, abrigou uma população com funções diversificadas, desde funcionários públicos, comerciantes e estudantes atraídos também pelas proximidades do bairro com a Universidade Federal da Paraíba – Campus I – e com a abertura viária para o Sul da cidade.

No mesmo período da construção do Conjunto dos Bancários, já havia sido construído o Conjunto dos Professores, que foi incorporado aos Bancários, formando um único espaço denominado de Bancários. Com a ampliação viária em direção Sul da cidade, outros bairros foram se formando, tais como Anatólia, Jardim São Paulo e Jardim Cidade Universitária, popularmente conhecidos como Bairro dos Bancários, mesmo que oficialmente sejam espacialmente reconhecidos pela Prefeitura de João Pessoa como bairros diferenciados. (Figura 1)

Por outro lado, como já nos referimos anteriormente, a localização do bairro permitiu o crescimento da cidade na direção sul, o que valorizou outros espaços nessa direção, como os Bairros de Altiplano (condomínios horizontais), Cabo Branco e Portal do Sol, até então considerados distantes das áreas centrais da cidade. Tais bairros proporcionaram a João Pessoa uma mudança em seu processo de urbanização, sempre concentrados nas áreas historicamente tradicionais.

LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA DA PAZ – BANCÁRIOS



Figura 1 – Localização da Praça da Paz – Bancários – Fonte: SEPLAN, 2008

Por essa razão, sua avenida principal tornou-se uma ligação importante no processo de crescimento da cidade, não apenas por unir os Bancários a outros bairros, mas por proporcionar uma diversidade de atrativos comerciais, de serviços e de lazer que, além de servir à população residente, atendem aos que vêm de outras localidades e que não precisam se dirigir ao chamado centro antigo da cidade, pois dispõem, nos Bancários, de serviços de banco, casas lotéricas, Shopping Center, uma variedade de lojas comerciais e de lazer, como a Praça da Paz, que oferece opções de cultura, esporte e entretenimento.

Convém, no entanto, enfatizar que, desde a fundação desse conjunto habitacional, as áreas destinadas aos espaços públicos encontravam-se abandonadas e entregues ao vandalismo, ou, em outros casos, os moradores improvisavam o espaço, de modo a garantir o uso coletivo de práticas de caminhadas ou futebol, tudo sem infraestrutura adequada para tal fim. (Figuras 2 e 3).



Figura 2 – Espaço público no Bairro dos Bancários/pista para caminhada – João Pessoa-PB – Fonte: SEPLAN

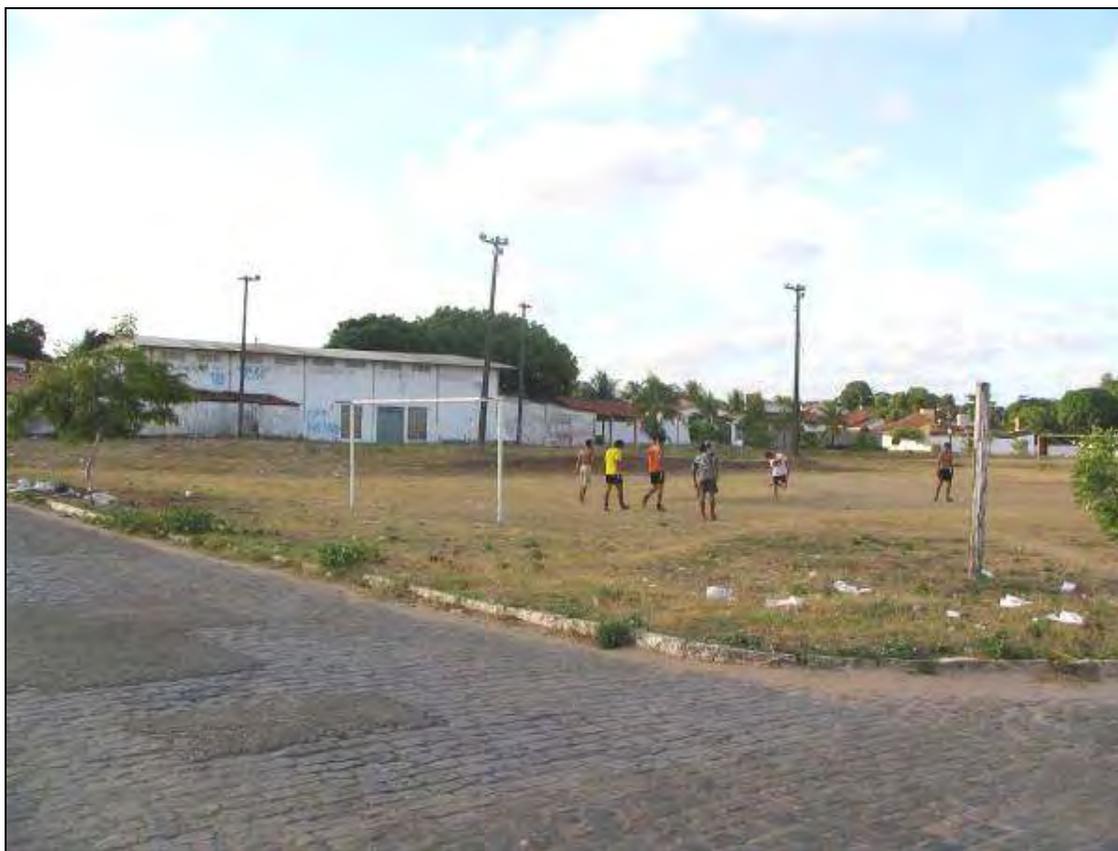


Figura 3- Espaço público no Bairro dos Bancários/campo de futebol – João Pessoa-PB – Fonte: SEPLAN

Na fala do morador antigo, Sr. Geraldo Amorim, somente após “uma luta e conquista dos moradores”, as reivindicações para a construção de uma Praça nos Bancários foi atendida. No ano de 1998, foi criada uma Comissão Pró-praça, em parceria com a Associação de Moradores, para que, de fato, tivesse início a construção de uma Praça, que pudesse ser localizada na rua central do bairro e que tivesse acessibilidade com os outros bairros da zona sul da cidade e próximo aos ambientes de escola, comércio e lazer (Figura 4).

Finalmente, depois de décadas de pedidos e solicitações, em 14 de junho de 2006, o sonho dos moradores se concretizou, pois foi inaugurada a nova Praça dos Bancários, com o nome de Praça da Paz, numa área total de 39.537,19 m² e de área verde de 12.655m² (SOARES, 2009, p. 39). A Praça da Paz dispõe de equipamentos como quiosques, parque infantil, anfiteatro, pista de skate, pista de caminhada, bancos de alvenaria, quadra de futsal, quadra de areia, campo de futebol e instrumentos para exercício físico, além de uma biblioteca digital, disponibilizada pelo Serviço Social da Indústria – SESI (Figuras 4 e 5).



Figura 4 – Foto área da Praça da Paz no centro do Bairro dos Bancários, local escolhido pelos moradores para a sua construção – Foto: Dirceu Tortorello - Fonte SEPLAN



Figura 5 - Foto área da Praça da Paz no centro do Bairro dos Bancários - Área total de 39.537,19 m², e área verde de 12.655m² - Fonte SEPLAN

Sobre a inauguração da Praça da Paz, assim noticiou o Jornal O Norte:

A Praça da Paz, nos Bancários, será inaugurada hoje pelo Prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, (...) Localizada em um ponto estratégico, na avenida principal do bairro, a praça promete mudar a rotina dos moradores, oferecendo espaços para a prática de esporte e lazer, calçadão para caminhada e áreas para shows e palestras. (...) (JORNAL O NORTE, 14 DE JUNHO DE 2006)

Nesse contexto, compreendemos que a proposta da Prefeitura Municipal, certamente, é de disponibilizar o espaço público para uso cotidiano da população e retomar o acesso às praças, como espaços públicos que, uma vez resgatados, possibilitam para a população uma diversidade de ações direcionadas à sociabilidade. (Figura 6)

A intenção, aqui, é de possibilitar uma análise sobre o espaço público concentrada no objeto – a Praça da Paz – em uma dimensão de espacialidade física e social, dentro de uma realidade urbana de gestão política que busca conciliar as ações do poder público com uma participação popular, para iniciativas de retomar a frequência do cidadão aos espaços públicos.

Ressaltamos que tais iniciativas não estão inclinadas à gestão de uso de espaço público característico do início do Século XX, em que a construção e a reforma dos espaços públicos, como ruas e praças, estavam vinculadas à ideia de higiene e de embelezamento da cidade, com fins de situá-la no caminho para o progresso.

Nesse início de Século XXI, a proposta de ação é de buscar uma concepção de construção e reformas de espaços públicos, com inclusão e participação popular nas decisões para uso de espaços como as praças. Tal proposta se firma através da criação do Orçamento Democrático, da participação das Associações de Moradores e da formação de um Conselho Gestor da praça.

As instituições acima citadas têm a função de, por meio de gerenciamento imediato, satisfazer às necessidades e aos interesses, no nosso caso, a Praça da Paz, buscando a participação popular nas decisões a serem direcionadas à Prefeitura Municipal, o que é executado, em primeira instância, pelo Conselho Gestor da Praça (ver anexos), responsável direto pela manutenção e pela conservação do espaço e dos equipamentos disponibilizados aos usuários.

PLANTA DA PRAÇA DA PAZ – BAIRRO DOS BANCÁRIOS



Figura 6 – Praça da Paz, com seus equipamentos oferecidos à população: quiosques, parque infantil, anfiteatro, pista de skate, pista de caminhada, bancos de alvenaria, quadra de futsal, quadra de areia, campo de futebol e instrumentos para exercícios físicos. Fonte: SEPLAN

A fim de compreender bem mais o trabalho desenvolvido pela Associação de Moradores dos Bancários e pelo Conselho Gestor da Praça da Paz, realizamos entrevista com o Presidente da Associação de Moradores (AMCBU), o Sr. Américo Cabral. Ele afirmou que, a partir da criação do Orçamento Democrático, há participação popular nas decisões para melhoria do bairro, bem como em projetos desenvolvidos pela Associação, tais como: Projeto Vida Saudável, Etiqueta e Postura, Capoeira, Dança, Tai-Chi-Chuan, Mui-thay, Kung-fu, Cinema (Projeto Cine Mais Cultura). Ressaltamos que os Projetos Vida Saudável e Cine Mais Cultura são gratuitos para a população do bairro.

O Presidente da AMCBU afirma, ainda, que a Associação e o Conselho Gestor da Praça deveriam solicitar à Prefeitura Municipal a inclusão da Praça nos programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, através de ofícios, como também propor ações que ampliem as melhorias desse espaço público. Acrescentou que a Associação tem um trabalho independente do Conselho Gestor, ou seja, que é de competência dele a gestão da Praça, através de seu regimento (em anexo), onde expressa suas finalidades e competências.

Através da aplicação de questionário estruturado, realizado nos dias 17, 18, 19 e 20 de dezembro de 2010, entrevistamos vinte e cinco frequentadores da Praça da paz, com a finalidade de perceber como ocorre a participação popular nas propostas de gestão da praça. Todos os entrevistados têm uma profissão definida, escolaridade entre ensino médio completo e curso superior (Tabelas 1 e 2) e percebem uma renda acima de um salário mínimo (Tabela 3).

Entrevistados			Entrevistados		
Tabela 01			Tabela 02		
Profissão	Quant	%	Escolaridade	Quant	%
Supervisor de vendas	2	8	Sem instrução	0	0
Estudante	4	16	Fundamental completo	0	0
Professor	2	8	Médio completo	8	32
Enfermeira	2	8	Médio incompleto	2	8
Outras profissões ⁴	13	52	Superior completo	10	40
Não informaram	2	8	Superior incompleto	5	20
Total	25	100		25	100

⁴ As profissões citadas foram: economista, aposentado, vendedor, secretária, dentista, administrador, diarista, autônomo, caixa, funcionário público, empresário, operador de telemarketing e médico.

Tabela 03		
Rendimentos	Quant	%
Até 5 salários mínimos	17	68
De 6 a 10 sal. mínimos	4	16
De 11 a 15 sal. mínimos	2	8
De 16 a 20 sal.mínimos	0	0
Acima de 20 sal. mínimos	0	0
Sem rendimentos	2	8
Total	25	100

Observamos, através do questionário, que os frequentadores entrevistados não conhecem a competência do Conselho Gestor, na gestão da Praça da Paz, e apenas um conhece o trabalho da AMCBTU, que se localiza em frente à praça, com sede própria (Tabelas 4 e 5).

Tabela 04			Tabela 05		
Conhece o trabalho da Associação de Moradores?	Quant	%	Conhece algum trabalho desenvolvido pelo Conselho Gestor da Praça?	Quant	%
Não	24	96	Sim	0	0
Sim	1	4	Não	25	100
Caso afirmativo, qual?					
Cinema e dança					
Total	25	100		25	100

Os dados obtidos na entrevista e representados na Tabela 5 demonstram a incipiente participação popular na gestão política de gerenciamento urbano, a qual se propõe democrática, com a criação de Orçamento Democrático e Conselho Gestor, pelo Poder Público Municipal, cuja proposta é de democratizar a política de ordenamento urbano.

A construção do imaginário popular, que assimila o ordenamento de espaço público fora do contexto político social ao qual também pertence gera a despolitização como

consumidor, com pouca ou nula participação popular na proposta de democratização no gerenciamento do espaço público, nesse caso, a Praça da Paz.

No dizer de Gomes (2006), tornar o lugar público significa que seus atributos pertencem a uma ação direta com a vida pública. O autor concebe que,

para que esse lugar opere uma atividade pública é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma co-presença de indivíduos. A transmutação do indivíduo em público ocorre pelo princípio da publicidade, capacidade de apresentar sua razão em público sem obstáculos, confrontá-lo à opinião pública e instituir um debate. Para que isso ocorra, esse diálogo deve ser veiculado por meio de uma linguagem comum, uma língua pública, que é parte de uma cultura pública. (GOMES, 2006, p. 160)

A construção da cultura pública, com participação do cidadão, não faz parte do imaginário popular nem está internalizada no cotidiano da sociedade que não tem linguagem pública. Sobre isso, argumenta Gomes (2006):

Um dos maiores problemas da nossa sociedade foi de haver transformado o *público* em passivos espectadores. Hoje, a compreensão desse qualificativo *público* parece corresponder frequentemente à ideia de uma massa posta diante de imagens e discursos espetaculares. Ele pode também se associar à concepção de uma multidão passiva, incapaz de reagir criticamente, prisioneira de uma cotidianidade niveladora. O espaço público foi nesse sentido, em grande parte parasitado pela ação demagógica dos governantes, por uma mídia criticamente dócil e pela passividade da “massa”, tudo isso resultando na transformação de toda discussão social em um espetáculo. O desafio é, portanto, o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundá-la como um espaço da política. (GOMES, 2006, p. 161)

No início de Século XXI, a proposta do poder público municipal é de estabelecer uma política de diálogo entre o poder público municipal e a população. Para isso, é preciso criar o Orçamento Democrático e o Conselho Gestor das praças, viabilizado em um ordenamento urbano que absorva a participação popular, investindo em uma gestão política participativa da sociedade, que repasse as suas necessidades para o uso do espaço público, seja da rua ou da praça. Assim, espera-se reforçar o que coloca Gomes (2006), quando se refere ao desafio da participação ativa para normatizar o espaço público “como um espaço da política”.

Compreendemos que, mesmo sendo necessária, essa iniciativa é insuficiente para o engajamento no Conselho Gestor, o que dificulta a participação do cidadão que usa o espaço da Praça da Paz. O trabalho de revitalização e construção de praças vem acompanhado de significações, de ampliar o hábito cotidiano da cultura na cidade, com possibilidades de sociabilidade em espaços públicos. As propostas de revitalizar os logradouros, como praças, indica uma retomada do uso de tais espaços, com acessibilidade para toda a população. O

tempo é de transformação, de (re) construção, em que as novas formas de consumo reorganizam as relações do cotidiano e articulam as novas dinâmicas sociais. Nesse caso, as praças surgem como uma opção para o exercício de cidadania, com a participação popular propondo ações para que se estabeleça o uso adequado às suas necessidades.

A proposta de sociabilidade, no espaço público da Praça da Paz, vem acompanhada da visão moderna de oferecer à população da cidade um lugar de encontro com diversidades culturais, com atividades esportivas, musicais, teatrais, palestras educativas de saúde e meio ambiente. (Figura 7)



Figura 7 - Praça da Paz – atividades lúdicas oferecidas – Foto: acervo pessoal

Além de participar do Projeto Circuito Cultural das Praças, de iniciativa da Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOP)⁵, que tem a “missão de fomentar e democratizar a participação e o acesso à cultura na sua diversidade, proporciona a formação cidadã através da inclusão social, por meio de atividades culturais, que integrem a população em uma ação

⁵ FUNJOP – Fundação Cultural de João Pessoa, entidade de direito público, subordinada à Secretária de Educação e Cultura do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, que foi criada pela Lei Municipal nº 7.852 de 24 de agosto de 1995 e regulamentada pelo Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995. É uma instituição da Administração Funcional do Município, com autonomia administrativa, financeira, técnica e funcional. Tem como objetivo promover, incentivar, difundir e valorizar a cultura e as artes na cidade de João Pessoa. ⁶ Cap. III – Dos Bens Públicos. Disponível em www.camaradv.mg.gov.br acesso em janeiro de 2011.

despojada de discriminação, permitindo acessibilidade a todas as entidades sociais, para incentivar o processo de sociabilidade através da diversidade cultural.

O poder público democratiza, dessa forma, o acesso popular às praças, quando oferece atrações culturais que promovem para a população da cidade um atrativo para frequentá-la, como espaço público destinado à sociabilidade cotidiana, com traços de modernidade, e não mais, apenas, com jardins e coretos para embelezar a cidade.

A proposta de gestão da Praça da Paz vem acompanhada de uma política em que voltar a frequentar a praça é democratizar a vida pública através do incentivo de políticas públicas para dinamizar a cidadania e proporcionar a socialização entre os diversos segmentos sociais. Dessa forma, as pessoas movidas por expectativas diversas se reúnem na praça e desenvolvem relações orientadas e organizadas por uma gestão que passa a ser objeto de controle, quando cria o modelo de uso do espaço público e utiliza instrumentos contraditórios entre uma gestão coletiva que disponibiliza unir a diversidade e a individualidade. Dito de outra forma, a população consome o que é oferecido, mas não participa das escolhas dos instrumentos que estão disponibilizados para seu uso, como fica demonstrado no questionário, visto que os entrevistados não conhecem o trabalho da entidade que os representa para intermediar com o poder público municipal os interesses coletivos de uso do espaço público da Praça da Paz.

A imagem de espaços públicos na cidade – a Praça da Paz – faz parte de uma nova conjuntura de modernização do Século XXI, por meio de incentivos propostos pela gestão de políticas públicas, cuja perspectiva é de que frequentar a praça é encontrar lazer e atividades culturais com tendências a viabilizar o cidadão a sair de casa e alcançar serviços de melhoria da qualidade de vida. Não se trata de simplesmente embelezar ou higienizar, mas alcançar o nível de modernização, em que a gestão urbana se processa com participação popular nas decisões, ou seja, com o desenvolvimento de uma cultura democrática.

Trata-se, então, de formular estratégias que mobilizem o cidadão a buscar os lugares públicos das praças, com a intervenção do poder público, aliado aos setores comunitários, como as associações de moradores, e criar vetores (conselhos gestores, orçamento democrático) que liguem as ações do poder público à participação do cidadão.

A percepção e os significados que se pretendem para os espaços públicos da cidade – nesse caso, a Praça da Paz – na nova conjuntura de modernização do Século XXI, estão atrelados a incentivos propostos pela gestão de políticas públicas, considerando-se que frequentar a praça é encontrar atividades culturais com tendências a viabilizar o cidadão a sair de casa e a alcançar serviços de melhoria da qualidade de vida. Não se trata, simplesmente, de

embeleazar ou higienizar, mas alcançar o nível de modernização, em que a gestão urbana se processa com participação popular nas decisões, com o desenvolvimento de uma cultura democrática.

Mesmo que tal cultura de gestão democrática não tenha alcançado o que se deseja para a sociedade pessoense, compreendemos que as iniciativas de buscar a população, através do Conselho Gestor da Praça, da Associação de Moradores e do Orçamento Democrático, indica um referencial para se alcançar a participação popular nas decisões quanto ao uso do espaço urbano. Apoiamo-nos em Gomes (2006), quando diz que a noção de cidadania encontra-se justaposta à cultura, à história e à cidade “e que, por meio dessa colagem, os sentidos de justiça, de equidade, solidariedade, ética ou direitos civis são sugeridos”. Acerca dessa questão, Gomes (2006, p. 129) expressa:

A cidadania está na moda (...) o simples efeito de moda, que, na maior parte das vezes, esconde atrás de novo rótulo de cidadania velhos argumentos e conhecidos pontos de vista que procuram ares de renovação, fazendo apelo à simples substituição da denominação. (GOMES, 2006, p. 129)

Diante de tal percepção, consideramos que a proposta do poder público de conciliar a participação cidadã com a gestão de políticas públicas para a cidade, com a denominação de gestão e cidadania, usando o termo de gestão democrática, parece encaixar em velhas maquiagens de cidadania, em que se pretende oferecer ao habitante da cidade o espaço público da Praça da Paz, a imagem de espaço para sociabilidade, embora enfatize implantar a política moderna de gestão participativa nos interesses urbanos.

Com base no pensamento de Gomes (2006), para quem a cidadania aparece com novo rótulo propondo renovação, é essa a significação que se atribui à cultura cravada na tendência de apoiar-se nas expectativas criadas pelo gestor público municipal para o ordenamento urbano da Praça da Paz.

Assim, os pactos entre poder público municipal e participação cidadã, no aparelho da gestão urbana, são considerados inovadores, dentro das políticas públicas urbanas, sobretudo, porque períodos históricos nos informam a negação do cidadão na participação do gerenciamento dos espaços públicos, como ruas e praças. A ideia para a Praça da Paz é de uso cotidiano desse espaço, onde o cidadão exerce participação política de gerenciamento.

Convém enfatizar que ainda é insuficiente falar de gestão democrática na Praça da Paz, visto que a participação popular nas decisões ocorre em pequena escala, e órgãos como o Conselho Gestor, por exemplo, têm abrangência popular limitada, conforme já vimos (Tabela

5). Esse modelo de democratização na gestão do espaço da Praça da Paz se faz sob a máscara de uma roupagem nova de modernizar o espaço público urbano. Mas também não se pode falar que não há política pública para os espaços urbanos, se consideramos a participação cidadã, pois há um pacto social estabelecido entre poder público municipal e comunidade, cujos intermediários são a Associação de Moradores e o Conselho Gestor, oficialmente com funções a serem executadas e direcionadas por artigos expressos em seu regimento (Anexo I), aberto à comunidade.

Esse pacto é formal e se estabelece por meio de acordos institucionalizado pelo poder municipal e as lideranças comunitárias, no entanto, o usuário da Praça da Paz não direciona interesse político quanto à gestão e entende ser o poder público municipal o único responsável pelo seu gerenciamento. Nessa perspectiva, nossa proposta foi de expor como a atual gestão municipal da cidade de João Pessoa assumiu a postura de intervir no ordenamento dos espaços públicos das Praças e como objeto de estudo, a Praça da Paz dos Bancários, propagou a formação de uma gestão democrática, em que o cidadão é agente dessa gestão, propõe e gere a ordenação do espaço público.

2.2. ESPAÇO PÚBLICO – ESPACIALIDADE DE DINÂMICA SOCIAL

Convém apresentar teoricamente neste capítulo uma análise da praça, enquanto espaço público e atentamos para sua dinâmica sócio-espacial de apropriação cotidiana. Assim buscamos no espaço urbano o processo de apropriação social como fomentador do espaço público.

A proposta metodológica de estudar o espaço público perpassa, teoricamente, por compreendê-lo como uma produção do espaço urbano. Dessa forma, compreendemos a cidade como “produto e condicionante da reprodução da sociedade, nela (...) o espaço construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade” (SOBARZO, 2006, p. 94).

Em Lefebvre (2001), encontramos o referencial que sustenta a condição urbana da sociedade, quando afirma:

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado, etc.), com sua

história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. (...) A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.). (LEFEBVRE, 2001, P. 51-52)

Desse modo, a materialização dos objetos na cidade se fundamenta nas relações sociais criadas entre os grupos, ou seja, “se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Os objetos urbanos produzidos pela cidade não podem ser aceitos como reprodução de objetos. Registra-se uma centralidade em torno de um modelo mais estético, simbólico e cultural, baseado em uma sociedade de consumo, e se percebem as manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, o que confere aos objetos urbanos uma identidade imposta pela sociedade que se estabelece.

Nessa direção, o espaço urbano se constrói como produto social e segue o ritmo da sociedade que dele se apropria, a partir de práticas socioespaciais. É essa a proposta trazida por Lefebvre, que confirma a relação socioespacial do urbano:

Se considerarmos a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isso leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. (LEFEBVRE, 2001, P. 54)

Diante de tal percepção, compreendemos o espaço urbano como um produto da obra social, do movimento que se estabelece em objetos criados pela sociedade, que define novos significados para a paisagem urbana, e firmado como espaço socialmente criado, que permite a cidade identidade social, impregnada de sentimentos e de simbolismo.

Assim, pensamos o espaço como categoria da geografia, razão por que consideramos a proposta de Lefebvre e de Milton Santos, de relacionar espaço e produção social, em que “o espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social” (LEFEBVRE, 1999, p. 142).

A proposta de Milton Santos (2008) direciona para uma formulação conceitual de espaço, através de categorias como sociedade, natureza, modo de produção capitalista, formação econômica e tempo. Com base em tais categorias, no dizer de Milton Santos, o ato de produzir é produzir espaços. É coerente afirmar que as práticas sociais que estão inclinadas

nos espaços públicos são construções sociais em uma análise de produção do espaço, através da reprodução das relações sociais.

É essa idéia de espaço que se define como formas representativas em que se manifestam as relações sociais e criam-se seus usos adequando as necessidades vindas com a normatização de uso do espaço. Os atos regularizados - rotinas - participam de uma produção e de uma ordem, em que cada indivíduo é codificado pelo sistema de regras que modelam suas atividades do viver.

Dessa feita, nossa proposta se destina a dialogar com a sociabilidade do espaço público da praça, que entendemos como uma construção, onde cabe a idéia de Santos (2002), que compreende o espaço formado por um conjunto de sistema de objetos e sistemas de ações. Nele, o objeto é produto da elaboração humana, e a ação é o próprio homem (indivíduos, empresas e instituições). É essa noção inseparável entre sistema de objetos e ações que adotamos como conceituação para identificar o espaço geográfico da Praça da Paz.

Acerca dessa questão, Santos argumenta:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre esses objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 2008, p. 78)

A partir desse entendimento conceitual, damos valor geográfico aos objetos sociais encontrados no espaço público da praça, ou seja, privilegiamos a discussão em torno da sociabilidade imposta a esse espaço, onde a atividade humana cria condições de uso. Sendo assim, percebemos a inserção do espaço público, modelado pelo cotidiano social de uma sociedade moderna identificada com novos padrões de uso do tempo/espaço, com a valorização do espaço socialmente criado.

Diante de tal perspectiva, “o espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais (...) de encontros impessoais e civilizados” (SOBARZO, 2004, p. 22), onde se materializam as práticas cotidianas de sociabilidade e de consumo.

Por outro lado, Souza (2008) destaca que o espaço público é produto e produtor, pois

é resultado de uma construção social ligada à necessidade de sociabilidade entre os homens, e nesse sentido é produto. Porém, na medida em que é construído se torna produtor de novas relações de sociabilidade nesse espaço, reconstruindo seu próprio papel como espaço. (SOUZA, 2008, p. 16)

Em outras palavras, a praça, como espaço público, torna-se, nesse contexto, produtor e produto das relações entre objetos e ações. Logo, a praça passa a ser o lugar onde as pessoas e suas relações com os objetos constroem e (re) constroem esse espaço, tornando-o o lugar das ações, que contêm suas representações econômicas, culturais ou de satisfação pessoal.

A praça, lugar frequentado pela sociedade, é um espaço público de grande importância no cotidiano urbano, porquanto mantém a função de aproximar e reunir pessoas, seja por motivo cultural, econômico, político ou social. É ainda visível, mas não perde o caráter de vínculo com a reprodução do capital e do consumo inserido na cidade.

Para Lefebvre (2001), a sociedade urbana, voltada para o valor de uso e de troca, tende a oferecer um espaço que se constrói com a permanência de uma ordem social estabelecida por uma sociedade historicamente especializada dentro da normatização do capital. A praça integra a espacialização normatizada pelo capital, impondo a ordenação espacial própria do trabalho, da mercadoria e do consumo e tende a perpassar uma atitude que proporciona uma proposta para sociabilidade.

Encontramos, ainda, nesse autor, a identificação entre a espacialização social do urbano e a ordem do capital na cidade, quando refere:

A multiplicação e a complexificação das trocas no sentido amplo da palavra não podem continuar sem que existam locais e momentos privilegiados, sem que esses lugares e momentos de encontro se libertem das coações do mercado, sem que a lei do valor de troca seja dominada, sem que se modifiquem as relações que condicionam o lucro. Até esse momento, a cultura se dissolve, tornando-se objeto de consumo, ocasião para lucro, produção para o mercado. (Lefebvre, 2001. P. 79)

Nesse sentido, as praças, como espaços de uso social, permanecem como construções que permitem a coação do mercado, como diz Lefebvre na citação acima, e a ideia de sociabilidade se torna condição para o lucro. As ordens espaciais dos objetos e das práticas sociais passam a ser confrontadas com a ação imposta pela gestão pública e direcionam o comportamento de indivíduos que usam esse espaço, mascarando a condição de capital ali existente.

Acrescentamos, ainda, a ideia da gestão pública em investir em espaços visíveis, como as praças destinadas aos usuários, com a instauração de um mercado da paisagem, fazendo emergir a representação espacial estática e teatralizada, no contexto urbano, para marcar a percepção de políticas públicas e de cidadania.

É com esse sentido que percebemos a cidade concretizando estratégias de planejamento estatal do espaço público da praça. Nas cidades médias e grandes, a praça está

associada a inúmeros fatores, um deles é a localização - a praça é construída em cruzamento de via pública de grande movimento, perto de área de comércio, e serve de estacionamento, entre outros. Na praça, o valor da troca é vivenciado pela ideia de sociabilidade proposta pelo capitalismo moderno para o cidadão, que caracteriza a sociedade de consumo, visivelmente expressa na cidade.

Em Soja (1993), encontramos a afirmação de que o espaço público se configura a partir da noção de espacialização e reveste-se de configuração cultural e ideológica, de definição modificada do sentido vivencial da modernidade, da emergência de nova cultura recriada no espaço e no tempo. É nessa vivência que a praça se insere como espaço dialetizado atento às transformações, à luz das novas tendências impostas pelo modo de produção capitalista na cidade.

Quando inserimos a perspectiva ideológica e cultural ao espaço público, “cabe ressaltar que o espaço público é, na grande maioria dos casos administrados pelo Estado, o grande protetor das leis e das normas que mediam a vida em sociedade” (SOUZA, 2008, p. 17). Nessa relação entre Estado e sociedade, o espaço público se envolve na dinâmica urbana do processo histórico que atua na cidade, também condicionado pela gestão política estatal.

Nas nossas considerações acerca da praça, optamos por adotar a percepção de diferenciação entre espaço público, como parques, praças e ruas, e espaços públicos, que também são gerenciados pelo Estado, com espaços comuns ao público coletivo, no entanto não possuem características de livre acesso e circulação, como hospitais, escolas, fóruns por serem constituídas como instituições públicas de acessos formalizados por normas pré-estabelecidas.

Acerca dessa questão, Leite (2007) propõe a estruturação do espaço público motivados pelas ações públicas e práticas simbólicas exercidas socialmente nos lugares. Assim descreve esse autor:

Embora o espaço público, portanto, se constitua no espaço urbano, é possível entendê-lo como categoria que ultrapassa a rua, constituída pelas práticas que atribuem, construída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam lugares. Enquanto espaço social, um espaço público não existe *a priori* apenas como rua (...), mas estruturam-se pela presença de ações que lhe atribuem sentidos. Por essa razão, é mais adequado tratar o espaço público como uma categoria analítica que ultrapassa a rua; como um conjunto de práticas que se estruturam num certo lugar. (LEITE, 2007, p. 200)

Diante da discussão que permeia a ideia de espaço público, consideramos pertinente a posição do autor citado acima quando aborda que são as ações inseridas no espaço que

atribuem sentido aos lugares. Tal postura nos permite discutir o espaço público como *locus*, onde as ações que constituem o espaço sejam minimizadas em termos de regras de acesso e uso.

Nossa proposta é de incluir uma perspectiva física e proporcionar ao espaço público um sentido de participação política ativa da cidadania, em que a acessibilidade não esteja condicionada às regras de materialidade, mas que corresponda à imagem da cidade, a comunicação socioespacial. Assim, o espaço público é a praça ou a rua, o pátio, onde a livre circulação de pessoas está aberta para todos os que possam construir o seu discurso em um espaço físico aberto às diversidades de escolhas e de estilos.

Ao considerarmos o espaço como forma-conteúdo, adotamos a postura de que o espaço físico não é apenas um reflexo da sociedade, é, ao mesmo tempo, a condição necessária para que as práticas sociais se desenvolvam.

Como nos diz Gomes (2006, p. 172),

(...), um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva.

Quando pensamos o espaço público na cidade, estamos propondo que ele seja entendido como configuração espacial física, inserida pelas práticas sociais estabelecidas, e se instrumentaliza por conteúdos sociais urbanos, carregado de uma multiplicidade de manifestações, como ressignificações simbólicas da leitura e do uso que se propõe à sociedade capitalista moderna.

O espaço público é associado à esfera pública, historicamente relacionada ao uso público gerenciado pelo Estado (governo federal, estadual e municipal), bem como ao encontro das pessoas coletivamente. As normas e condutas do poder público, dentro da esfera pública, nortearam o entendimento de que cada espaço gerenciado pelo poder público possa ser reconhecido como da vivência cotidiana e expressa como um lugar público.

O Código Civil (2002, p. 79), em seu artigo 98⁶, define os espaços públicos como os “bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.”

Em seu artigo 99, nos incisos I e II, o Código Civil aponta como bens públicos:

- I – Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
- II – Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive as suas autarquias.

A partir desses incisos, observamos que espaço público se refere à espacialidade física aqui representada por ruas, praças e outros espaços assim qualificados. Pensamos nas possibilidades administrativas no âmbito municipal que, ao criar projetos relativos à construção de praças, considera o Código Civil como instrumento norteador para suas políticas de organização e planejamento do espaço público.

A praça, no entanto, assume muito mais a concepção de espaço público em suas funções, quanto a sua forma física e dinâmica social estabelecida. No dizer de Alex (2008, p. 68), “praças, ruas, jardins e parques constituem o cerne do sistema de espaços abertos na cidade (...)” Aqui a possibilidade de espaço físico é aberta ao que a sociedade constrói, e não apenas simbolicamente ou legalmente, como espaço público, que garante acesso livre de fundamental importância para o convívio cultural da população da cidade. É importante que se pense a demarcação espacial física relacionada às ações sociais que lhe são atribuídas.

A partir do pensamento de Gomes (2006), atribuir à praça a denominação de espaço público é reconhecê-la como um lugar entre os diversos espaços livres urbanos, como obra do viver social e do estender-se das relações entre grupos sociais diferentes, que se desdobram em termos de produção econômica, ordem política e criação cultural.

Portanto, interagimos com Saldanha (2005) e Andrade (2001) e compreendemos a praça como um espaço onde se encontram parques e jardins, como área propícia à sociabilidade. Percebemos a perspectiva de inserção desse espaço no modelado do cotidiano social de uma sociedade moderna, identificada com novos padrões de uso do tempo/espaço, com a valorização do espaço socialmente criado.

⁶ Cap. III – Dos Bens Públicos. Disponível em www.camaradv.mg.gov.br acesso em janeiro de 2011.

Compreendemos a ideia de praça sob o ponto de vista de Saldanha (2005), como espaço público, construído em todos os quadrantes e em todos os âmbitos culturais, ligado ao espaço comum, no sentido de ser comunitário, ao âmbito político e econômico, na vida social.

Do mesmo modo, Saldanha (2005) enfatiza a praça como um espaço público inserido na estrutura da cidade e que tanto permite confluência com as ruas quanto a interrupção dos blocos edificados. E acrescenta: “Um espaço onde, em geral, encontram-se árvores, bancos, eventualmente monumentos; em alguns casos, pequenos lagos artificiais [...] a praça corresponde a um significado social, característico da cidade onde se insere” (SALDANHA, 2005, p. 13).

Reforçamos que é preciso apoiar a concepção de espaço público da praça vinculada ao espaço físico de produção social. Para Gomes (2006),

fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, a praça, a rua, a praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. (...) Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. (GOMES, 2006, p. 162)

Some-se a isso o fato de que se trata,

Essencialmente, de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo. (GOMES, 2006, p. 163)

Dentro dessa perspectiva, inserimos o espaço físico como orientador das práticas, mas que confirma a noção do público pelas dinâmicas sociais, ou seja, é no processo espaço físico e sociedade que surge a forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada - o espaço público (GOMES, 2006).

Adotamos a prática de olhar geograficamente o espaço público da praça a partir de sua configuração física simultaneamente com a dinâmica social construída e (re) construída pela condição social aí estabelecida. O uso cotidiano do espaço da praça reafirma-a como um instrumento que oferece forma e conteúdo à vida social urbana

Nosso foco, neste capítulo, foi apresentar, a partir da Praça da Paz, a volta da população de João Pessoa ao uso da praça, com o incentivo do poder público, mas com outro significado de gerenciamento, ou seja, uma política caracterizada com as novas marcas da modernização de Século XXI - a participação cidadã e democrática.

No capítulo seguinte, evidenciamos como a população usa o espaço da Praça da Paz, para fins de sociabilidade, pois, no dizer de Gomes (2006),

(...) o espaço público é também o instrumento onde são sinalizados conteúdos da vida social urbana. Isso corresponde a dizer que esse espaço permanece sendo um terreno de comunicação social até mesmo quando os conteúdos das práticas traduzem uma negação do estatuto fundamental do espaço público, como um terreno normativo de convivência e de respeito social entre diferentes. (GOMES, 2006, p. 90-191)

Com essa percepção, abordamos, no capítulo seguinte, como a Praça da Paz se instrumentaliza, para proporcionar ao cidadão, que é convidado pelo poder público municipal, a voltar a usar o espaço público da praça, e que práticas sociais são geradoras de sociabilidade entre os diversos segmentos populacionais, que buscam esse espaço da cidade de acordo com suas necessidades.

A pretensão de redefinir o espaço público da Praça da Paz em significações de sociabilidade não indica uma proposta de retorno ao uso de espaços públicos urbanos, como entendido pelo poder público municipal e o estadual de início de Século XX, com passeios pelo Jardim Público, codinome referenciado às praças e aos jardins públicos. Uma nova maquiagem, em forma de gestão democrática, aliada a uma sociedade que exige ordenamento urbano típico de seu processo histórico, estabelece condições de ordenamento do espaço físico e de uso desse espaço, dentro de um contexto que satisfaça ao usuário.

CAPÍTULO III – PRAÇA DA PAZ: PRÁTICAS DE USO E SOCIABILIDADE



Praça da Paz – João Pessoa-PB – Diferentes sociabilidades – Fonte: SECOM

3.1. PRAÇA DA PAZ – UM ESPAÇO PÚBLICO DE SOCIABILIDADE

Neste capítulo, abordamos a apropriação do espaço público da Praça da Paz e privilegiamos as relações de sociabilidade que nele se estabelecem e são desenvolvidas a partir das práticas cotidianas. Assim, compreendemos o cotidiano como a “arte do fazer” e como

maneiras de fazer que constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. (...) por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano. (CERTEAU, 2009, p. 41).

É no fazer cotidiano da Praça da Paz que acreditamos se processa sua sociabilidade. Nesse espaço, as relações socioespaciais criam usos de práticas que se fazem e são construídas na intimidade dos frequentadores com essa praça. Assim, como entende Sobarzo

(2006), ocorre a “apropriação dos espaços públicos, por meio do uso, para a realização da vida das pessoas no seu cotidiano”. Tal afirmação confirma que o uso cotidiano do espaço público, seja da rua ou da praça, indica graus de sociabilidade.

Para compreender as práticas do uso cotidiano do espaço da Praça da Paz, nos servimos de um questionário e de entrevistas informais com uma pequena amostra de vinte e cinco frequentadores da Praça da Paz, realizada nos dias 17, 18, 19 e 20 de dezembro de 2010. Em que os usuários da praça foram questionados sobre: bairro de residência, o motivo e a frequência, o tempo de permanência, e a preferência por essa praça. Entre os resultados, encontramos alguns pontos que revelam o cotidiano de apropriação física e social da praça.

Nesse contexto, encontrar pessoas amplia a rede de interação e sociabilidade, e a troca de experiências, com a divulgação de convivência diversa, reconstrói as relações entre as pessoas e projeta a sociabilidade para além do espaço onde ela se inicia.

De certo modo a sociabilidade realizada nos espaços públicos da praça, experimenta dinâmica e expõe o cidadão a uma espacialidade física e social, de modo que seja possibilitada uma construção social democrática. (Figura 8)

A Praça da Paz, como espaço público, torna-se *locus* de sociabilidade para o morador dos Bancários, sobretudo, os que residem nas suas adjacências, conforme mostra a tabela 6, em que frequentadores de outros bairros da cidade procuram a Praça da Paz por considerarem a localização e infra-estrutura, como motivo de sua preferência representado na tabela 8. Proporcionando uma integração social, vivenciada através de encontros, manifestações culturais e práticas esportivas. As diversas representações populares, quaisquer que sejam, expressam cidadania e permitem que os (as) frequentadores (as) da Praça da Paz exponham o significado que perpassa no seu imaginário.

Dessa feita, a Praça da Paz se afirma como um espaço de convívio das diversidades, uma vez que nela ocorrem trocas simbólicas. É um espaço público que foi construído para exercício da cidadania e da sociabilidade.



Figura 8 – Pessoas das mais diversas situações visitam a Praça em horário noturno - Fonte: SECOM

A partir dessa perspectiva de compreensão da praça, Leite (2007) discorre acerca da dimensão da sociabilidade decorrente no espaço público urbano quando afirma:

Falar de uma sociabilidade pública implica referir-se ao modo através do qual uma sociedade constrói estilos de vida e articula padrões diferenciados do que considera “civilizado”. (...) parte do embate contemporâneo sobre “espaço público” retoma a crítica social como princípio analítico, para reafirmar a necessidade da constituição desses “espaços” como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, numa perspectiva em que a cidadania pressupõe a existência de uma sociabilidade baseada no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade. (...) Essa reflexão contemporânea sobre a natureza do “espaço público” no Brasil tem destacado justamente essas dimensões conceituais que articulam a noção de cidadania à existência dos espaços de sociabilidade pública. (LEITE, 2007, p. 194-195).

Sob essa perspectiva, compreendemos a Praça da Paz, visto que os moradores dos Bancários e de suas adjacências retomaram o acesso a esse espaço público, diante da necessidade de firmá-lo, com uma dimensão física e social, a construir cidadania, o que perpassa pela sociabilidade dos que a usam. Isso significou abrangência do discurso da diversidade cultural (Figura 9) e se buscou habilitá-la como “espaço complexo da cidadania, em que nenhum grupo social pode impor unilateralmente o seu domínio, e objetivos de reabilitação do exercício de gestão democrática do espaço” (LEITE, 2007, p. 195-196). (Figura 10)



Figura 9 – Expressões do cotidiano jovem na praça – Grafitagem – Fonte: SEPLAN

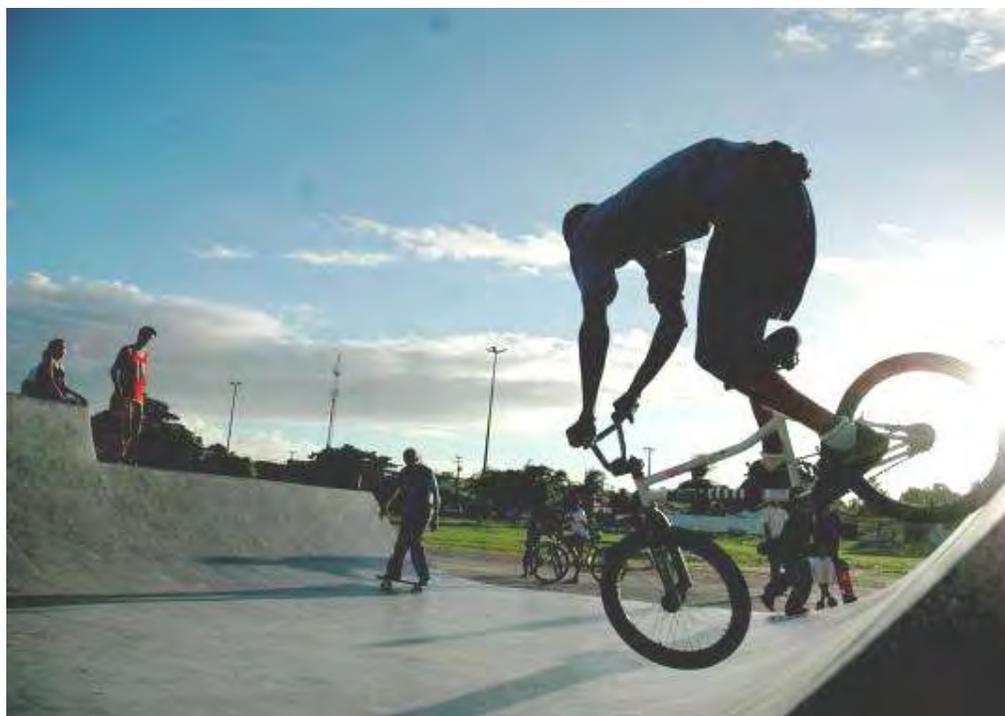


Figura 10 - Expressões do cotidiano jovem na praça – Biciross – Fonte: SEPLAN

O espaço público da Praça da Paz, na prática de desenvolver a sociabilidade, baseada na diversidade, permite ao “cidadão tornar-se sujeito das definições do espaço físico de sua convivência. Dessa feita, (...) procura-se romper a forma autoritária de intervenção do Estado e busca-se o caminho de uma cidade de cidadãos, e não, uma cidade dominada” (LEITE, 2007, p. 196).

A ideia de a sociedade pessoense buscar, no espaço público da Praça da Paz, a exposição de sua diversidade e encontrar outras diferenciações culturais nos induz a pensar que há uma tendência a gerenciar o processo de sociabilidade. Mas, para que essa sociabilidade seja vinculada ao espaço público, seguiremos o que propõe Leite (2007):

Entende-se que uma noção de espaço público requer, para qualificar como público determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre *espaço e sociabilidade pública*. Implica, portanto, relacionar dois processos interdependentes, que concorrem simultaneamente para uma única direção: a *construção social do espaço*, enquanto produto e produtor das práticas sociais; e a *construção espacial da sociabilidade pública*, enquanto produto e produtor das espacializações da vida social (LEITE, 2007, p. 196).

A noção aqui produzida é de espaço social, com seus significados simbólicos, materializado em espaço físico, com seus objetos, o que proporciona simultaneamente a imagem de espaço público como produto e produtor da sociabilidade. Essa noção está cravada no contexto da ação dos que usam a Praça da Paz para localizar suas diversidades e atuam como práticas comunicativas de dimensão socioespacial. Portanto, é na Praça da Paz que “as práticas interativas atribuem sentidos aos lugares, que, por sua vez, contribuem” para estruturar ações que proporcionam a sociabilidade (LEITE, 2007).

Ressalte-se, no entanto, que o ambiente criado para a Praça da Paz, com intervenções urbanas de arquitetura modelada pelo poder público, atribui funções pré-estabelecidas pelo que oferece, permite hábitos e funcionalidades ao seu espaço social e físico e decreta o direcionamento de uso com vias de sociabilidade (Figura 11).

Consideramos que a concepção de alcançar o imaginário de sociabilidade entre as diversidades em espaços públicos está representada por logradouros, quer sejam ruas ou praças, pois eles agregam, em um único espaço físico, adeptos das mais variadas formas de cultura.



Figura 11 – Equipamentos pré-estabelecidos para usos dos visitantes - Fonte: SEPLAN

Na praça da Praça da Paz encontra-se uma vida pública, para tanto, seus (suas) frequentadores (as) investem na sociabilidade da época moderna, com novos patamares de opções e diversidade de interesses, como caminhar, encontrar amigos, participar de eventos culturais, e praticar esportes como bicicross, skate, futebol. E assim, a partir de então constroem cidadania, e valorizam os modelos de grupos sociais diferenciados. No geral tem como resposta o processo sócio-espacial dinamizado por uma via, que estabelece o que mais se representa em um espaço público como a praça – a sociabilidade. Fato percebido em depoimentos como de um frequentador que diz: “(...) é bom encontrar pessoas diferentes, eu gosto de olhar os que as pessoas fazem aqui na praça (...)”

Qualquer que seja o conjunto de objetos físicos e sociais encontrados na Praça da Paz, ela está para difundir o “eco” de que os espaços públicos estão de volta para proporcionar significado de vida moderna, de acordo com a demanda do Século XXI. A proposta é o retorno aos hábitos de frequentar a praça, deslocar o eixo para a sociabilidade pública e reduzir a permanência nos espaços considerados privados, como a casa (com seus aparatos tecnológicos que atraem a atenção para uma privação social), tudo em nome da praça. “A praça é pública e agora tem o que preciso como espaço para caminhar em um lugar limpo,

saudável e venho quando quiser e a hora que quiser”, ficar só em casa é sem graça (...) aqui encontro segurança, pessoas alegres (...)”, depoimento de um freqüentador que após a construção da praça pratica caminhada habitualmente.(20 de dezembro de 2010)

Nessa perspectiva, a forma de apropriação espacial da Praça da Paz se faz de modo a oferecer à população que a frequenta redes de sociabilidade com signos modernos. Cabe aqui enfatizar o moderno, de acordo com a proposta de Berman (1986), ou seja, como a superação dos efeitos produzidos por períodos históricos que desencadearam transformações, no plano econômico, político e cultural, construiu a ideia de uma nova etapa de modernização. É esse moderno, compreendido por Berman, que está projetado na Praça da Paz, como espaço público, o que confirma a experiência moderna de volta aos espaços públicos urbanos do Século XXI.

É pertinente acrescentar a concepção de moderno que Berman aborda, pois ela esclarece como se processa a sociabilidade na Praça da Paz, concretizada a partir do imaginário popular, identificado como moderna, nesse início de Século XXI. Assim expõe o autor:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos tudo o que somos. (...) ela nos despoja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual como diz Marx “tudo que é sólido desmancha no ar”. (...) O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele (...) cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida (...) empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção as novas ideias (...) os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização” (BERMAN, 1986, p. 15-16).

A teorização proposta por Berman possibilita compreender o movimento de sociabilidade criado na Praça, com vistas à implementação de um espaço físico e social denominado de moderno. Para isso, cabe a perspectiva em que o autor descreve sobre o que vem a ser moderno. Nesse contexto, os objetos sociais e materiais encontrados na Praça da Paz, possuem um significado que confirma a compreensão sobre a modernidade descrita na citação acima, quando se refere a produção das novas imagens aos processos sociais, e muda o ritmo da vida em direção as novas idéias, compreenda-se isto como modernização.

Nessa conjuntura, a Praça da Paz encontra-se aberta a receber as inovações que cercam o consumo moderno das práticas, quer sejam culturais, esportivas, de lazer, dentre outras que

incidem sobre o uso do seu espaço físico e social, o que proporciona um “novo turbilhão” de ritmos que caracterizam as relações entre os usuários, ou seja, de sociabilidade.

Permitimos dizer que os ciclos de sociabilidade se projetam em outras temporalidades, quando a Praça da Paz se vinculou às novas possibilidades de apropriação do espaço público urbano, compreendido como moderno e propício a oferecer conteúdo impregnado de feições modernizadas, para uma época historicamente denominada moderna. Assim, vislumbra o usuário da imagem de participar como produto e produtor do espaço público, agente de novas formas de sociabilidade. Cabe aferir, no contexto do pertencer ao urbano e ao moderno, sobre o movimento, o vaivém e as articulações instituídas entre as pessoas que frequentam a Praça da Paz. Em grupo ou isoladas, constituem uma direção, o que leva a todos a possibilidade de interações sociais, firma o processo de sociabilidade, que não se pode negar, mesmo no atual estágio de modernização urbana.

Quando enfatiza essa questão, Bauman (2003, p. 5) afirma que “o indivíduo precisa dos outros como do ar que respira, mas, ao mesmo tempo, tem medo de desenvolver relacionamentos mais profundos”. Isso quer dizer que a sociabilidade vivenciada é processual e ainda permanece na esfera de pequenos grupos, que vão se firmando a partir de encontros diários, como afirma um grupo de frequentadores, em entrevista não estruturada, sobre a formação do grupo em que caminham juntos (Figura 12).

No depoimento de uma usuária, está evidente a condição processual, em termos de construção de sociabilidade, o que demonstra também o receio de envolver-se em circuitos sociais diferenciados ao seu cotidiano. Assim, afirma essa Senhora:

Cheguei para caminhar sozinha, mas como vinha todas as tardes, conheci uma das colegas que me apresentou sua vizinha, pois trouxe-a com ela para não ficar só e aí fomos nos conhecendo aos poucos e hoje, combinamos de vir sempre no mesmo horário e ficarmos juntas é mais divertido, conversamos, trocamos experiências de nossas vidas (...). (Entrevista realizada na Praça da Paz/Bancários, no dia 20 de dezembro de 2010).

Essa realidade é comum no espaço público da Praça da Paz, onde é perceptível, a partir da vivência dos frequentadores, um cotidiano condicionado pela representação simbólica do espaço público, que cada indivíduo estabelece para criar laços de sociabilidade.

Por outro lado, percebe-se, nesse espaço, o que afirma Bauman, no que se refere ao “medo”, em cuja discussão sociológica não pretendemos adentrar, mas apenas considerar o fato de as pessoas não interagirem diretamente com grupos sociais diferentes. Essa é, pois, uma forma de se fabricar um modelo de sociabilidade segmentada, ao produzir relações de

sociabilidade, em que os grupos se mantêm próximos fisicamente, mas necessitam de juntar-se aos seus pares.

O que enfatizamos é uma sociabilidade segmentada, no sentido de parcerias, como, por exemplo, integrar-se a um grupo que pertença ao mesmo segmento de atividade cultural, entretenimento ou esporte. Esse fato é confirmado na fala de um participante do grupo de jovens e adolescentes praticantes de esportes como skate na Praça da Paz: “Eu me ligo na turma que curte o radical (...) quando conheci a turma, todos estavam na mesma onda do skate, então fui ficando amigo da turma e venho sempre me juntar com os caras. (...)” (Praça da Paz/Bancários, no dia 17 de dezembro de 2010)

Nesse contexto, é fundamental pensar que o espaço geográfico da Praça da Paz é marcado por códigos que constroem a permanência do povo nesse lugar público, onde a prática de envolver-se na diversidade do outro proporciona a cada pessoa sociabilidade, simbolicamente segmentada por uma imagem de pertencimento aos pares.

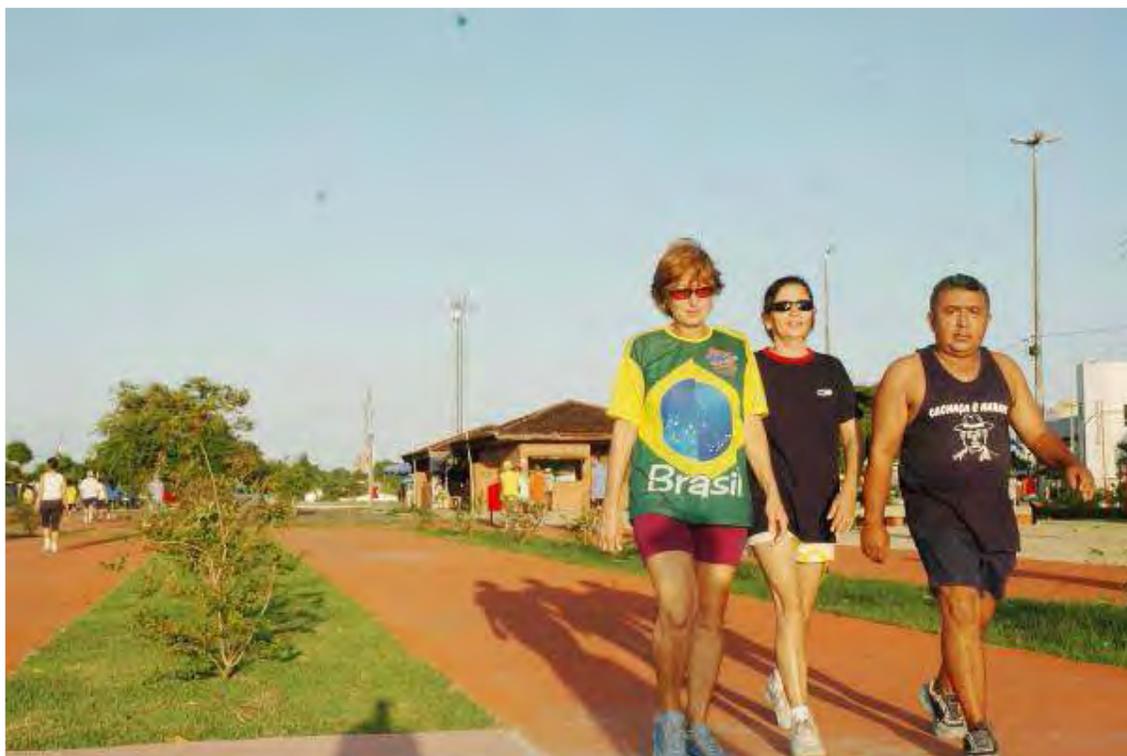


Figura 12 – Passeios em grupo pela praça - Fonte: SECOM

Tal fato, no entanto, não descaracteriza o circuito de sociabilidade encontrado na Praça da Paz, visto que participar cotidianamente desse espaço concretiza uma vivência em sociedade e lhe oferece condições de ser um lugar de encontro, onde pessoas, mesmo com

interesses diversos, concretizam um sentido específico – a sociabilidade, que se expressa no comentário de frequentadores que, de modo generalizado, afirmam: “É bom olhar, cumprimentar as pessoas, mesmo sem conhecer (...) observar o que fazem, perguntar algo sobre as atividades que estão praticando”. Isso nos indica que a Praça da Paz envolve as pessoas no processo de sociabilidade.

Dentro dessa linha de percepção, Queiroz (2006) aponta:

A sociabilidade da praça recria e reproduz um ambiente social farto enquanto possibilitador de interações sociais, ao mesmo tempo em que, fragmentado e marcado pelo aglomerado de vizinhanças particulares ensimesmadas e orientadas pelos guiões do particularismo dos seus interesses. (QUEIROZ, 2006, p. 5).

Registre-se, então, que a Praça da Paz produz uma sociabilidade que, apesar de segmentada por valores socioculturais diversos, caracteriza-se como ponto de encontro, onde as pessoas, com suas diversidades de interesses, reúnem-se em torno de um espaço físico e social, identificado como espaço público, cujo conjunto tem a mesma forma de representação espacial do público, em que não há “cordão de isolamento” para a presença do cidadão, seja segmentado ou não. (Figura 13)



Figura13 – Acesso livre à Praça pelos visitantes – Fonte: SECOM

Diante de sua configuração geográfica, “alimenta” a todos os que buscam, no espaço urbano, a prática de exercer o direito de participar das atividades disponíveis garantidas como públicas e de acesso a todos os cidadãos, a Praça da Paz se legitima como fomentadora de espaço de construção democrática entre a diversidade que se expõe em sua espacialidade.

Decerto que a Praça da Paz, para se constituir como produto e produtor de uma espacialidade urbana, abraça as contradições sociais e marca o modelo de sociabilidade que lhe é possível.

A propósito da consideração do espaço público urbano, enquanto produto e produtor, cabe a reflexão de Lefebvre (1999) que o “urbano se define como o lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas. (...)” (LEFEBVRE, 1999, p.46). Tal reflexão do urbano nos permite envolver o espaço da Praça da Paz, onde todos convivem como uma rede, que aqui denominamos sociabilidade.

É nesse turbilhão de “concentração e dispersão” trazida na fala Lefebvre que percebemos a Praça da Paz, como produto e produtora das relações de sociabilidade; como espaço público urbano, a partir de cujas dinâmicas perpassa simbolicamente significados de construção social. De fato, a sociabilidade que se processa na Praça da Paz produz um espaço social através dos grupos que ali vivem suas diversidades e se torna produto quando esses mesmos grupos consomem o que o espaço físico da praça lhe oferece. Tais grupos sociais estão na praça, embora segmentados, mas próximos, dividindo e construindo contatos pautados numa relação ambígua, em que há produção e reprodução de um espaço urbano público.

Do mesmo modo em que há na Praça da Paz produção/reprodução sócio-espacial, há apropriação do imaginário de pertencimento, no sentido de fomentar o cotidiano rotineiro, em que ir a essa praça é buscar consumir o que fortalece as atitudes individuais ou grupais desejadas. Como expresso por um usuário quando diz: “venho aqui quase toda tarde, já virou rotina, quando não venho sinto falta de minhas caminhadas e até dos cumprimentos das pessoas (...)”.

Isso permite uma convivência na praça, direcionada, em primeira instância, aos seus pares e em uma amplitude do seu todo, com todos os que se apropriam desse espaço. Assim se confluem encontros “anônimos”, mas pela convivência rotineira, permitem contatos que possibilitam sociabilidade.

Esses momentos de convivência rotineira entre os usuários da Praça da Paz também se tornam invisíveis ao olhar daqueles usuários, que se percebem fazendo parte de um grande grupo social, mas não se apontam como pertencentes a esse grande grupo social, o que é evidenciado pela segmentação estabelecida a partir da diversidade de práticas a que se direcionam os grupos. Isso é encontrado na fala de um frequentador, quando relata:

Muitas pessoas frequentam essa praça, mas não conheço as pessoas que estão todos dias aqui, fico apenas conversando com meus amigos, que já conheço e marcamos de tomar uma cerveja e falar das coisas do dia-dia (...) não me interessa o que fazem as pessoas que vem aqui, não fazem parte do meu meio social . (...) (Entrevista realizada na Praça da Paz/Bancários no dia 17 de dezembro de 2010).

Esse depoimento nos permite pensar o quanto a Praça da Paz é, ao mesmo tempo, um espaço de sociabilidade e de individualidade, que permeia a vivência do cidadão moderno. O fato de não se perceber como produto/produtor de sociabilidade, realiza-se no cotidiano das relações sociais exteriorizadas, pelo olhar, como frequentador da praça, enfim, pelo simples ato de reconhecimento. Certeau (2010) confirma essa assertiva nestas palavras:

O desígnio que um grupo elabora traduz-se imediatamente por uma constelação de referências. Elas podem existir apenas para ele, não ser reconhecidas exteriormente. Nem por isso são menos reais e indispensáveis para que não haja comunicação. (...) A toda vontade construtiva (e todos os grupos a pressupõem), são necessários sinais de reconhecimento e acordos tácitos, acerca das condições de possibilidade para que lhe seja aberto um espaço onde de desenvolva. Os pontos de referencias organizam iniciativas. (CERTEAU, 2010, p. 34).

Os sinais de reconhecimento elaboram “mapas” de cotidianidade, mesmo que seja um simples “encontro essa pessoa aqui toda tarde, mas não a conheço” (fala de frequentadores da Praça da Paz, entrevistados no dia 17 de dezembro de 2010), elaboram-se referências do cotidiano, que oferecem condições de sociabilidade.

Ademais o espaço da Praça da Paz possibilita não apenas encontros para práticas de atividades de entretenimento, mas também se configura como um espaço de trabalho para o vendedor de pipoca, o taxista, o comerciante de lanches. Entre esses profissionais e os (as) frequentadores (as), criam-se laços de referências, por meio das vivências cotidianas. Esse estado de convivência direciona realizações socioespaciais, proporcionadas por graus de atitudes criadas pelo ato de pertencimento à Praça da Paz.

Some-se a isso que a produção da sociabilidade se estabelece também com o fato de as pessoas, diante do cotidiano de frequentar a Praça da Paz, mesmo em seus grupos segmentados, criarem momentos propícios de visibilidade externa, da qual participa uma

significação interna de que todos têm acesso ao encontro de “outros”, pelo contato de estar presente. Esses “encontros” são visíveis à sociabilidade.

A população usuária da Praça da Paz absorve as representações expostas pelo que se impõe a esse espaço, com práticas que expressam multiplicidades de interesses dos diversos conjuntos de pares, em que se difundem informações e conhecimentos. Isso é feito através de comunicações simbólicas, muitas vezes não expressas ao outro, e que demonstram visibilidade para o todo, ou para quem manifeste interação ativa com os significados da diversidade de símbolos, seja cultural, de desporto, dentre os vários objetos que a praça produz em sua espacialidade social e física.

Outro ponto a considerar, em relação à Praça da Paz, é a intervenção política que se projeta a fim de resgatar o convívio, capaz de gerar sociabilidade. Tal política se processa através da agenda de produções culturais, sob a ótica da Prefeitura Municipal de João Pessoa e da participação dos agentes gerenciadores da comunidade (Conselho Gestor da Praça e Associação dos Moradores dos Bancários). Isso indica a ampliação do fluxo de pessoas que, diante do que se propõe como atrativo cultural, buscam essa praça para apreciar os eventos culturais ou assistem a eles pelo fato de estar habitualmente nela. (Figura 14)



Figura 14 – Atividades culturais no Anfiteatro - Fonte: SECOM

O intenso fluxo de expectadores, ou não, concentra uma atenção em creditar seus interesses e conciliá-los com o objeto exterior, sobrepondo diversidades culturais, sociais e econômicas. Focalizamos um grupo de pessoas de interesses não comuns, mas postas à imagem de sociabilidade. E quando se expõem a um todo, mesmo que sua centralidade não esteja exposta, os objetos sociais estão perceptíveis. A fala da jovem que estava na Praça da Paz, à espera de assistir a um evento cultural de música popular, confirma essa assertiva: “(...) não gosto muito desse tipo de show, mas pelo menos vejo pessoas e encontro alguém conhecido”. (Entrevista realizada na Praça da Paz em dezembro de 2010).

Pensamos que o sentimento de pertencer simbolicamente ao lugar público dispõe uma noção de espaço físico-social, produtor de sociabilidade. Para enfatizar a ideia de pertencimento que as pessoas constroem em relação à Praça da Paz, cabe a consideração elaborada por Leite (2007, p. 198), quando afirma que a estruturação espacial pública permite “sociabilidades públicas”. Ele refere que

(...) o espaço pode ser, em certos casos, mais do que uma simples contingência para a estruturação das sociabilidades públicas. O espaço pode vir a ser, nos casos em que os agentes se reconhecem pelos significados comuns a ele atribuídos, fator de inteligibilidade da constituição da própria esfera pública, na medida em que certas dimensões espaços-temporais incidem sobre os motivos das ações públicas. Nesse caso, entende-se que determinadas sociabilidades públicas guardam relações práticas e simbólicas com os *lugares* sociais nos quais se estruturam. (LEITE, 2007, p. 198).

Dessa feita, a estruturação simbólica que a Praça da Paz construiu no imaginário do público que a frequenta, tanto em seu objeto físico quanto social, extrai significativos que reúnem, em sua estrutura física, sociabilidades concretizadas entre as práticas individuais e coletivas. Mesmo havendo segmentação dos grupos, mantém-se a disposição estruturada à sociabilidade.

A Praça da Paz conecta, através da imagem interpretada pelos seus usuários, elementos sociais que, de acordo com suas circunstâncias, elaboram ritmos de inter-relações, que acabam por interpenetrar todos os que estão envolvidos na sua espacialidade. A propósito do movimento de inter-relação social, criado pela cotidianidade destacada na Praça da Paz, convém expressar a grande circulação de grupos que buscam consumir atrações culturais, trabalhadores que estão para vender seus produtos ou, ainda, aqueles que trafegam pela praça a caminho de outros logradouros do bairro ou da cidade de João Pessoa. Mesmo assim, a Praça da Paz não perde sua característica de espaço público construído para fomentar cultura, entretenimento e criar laços de pertencimento, o qual estabelece interações com a sociedade e fortalece a vivência coletiva, em níveis de sociabilidade.

A Praça da Paz não se tornou um lugar de passagem de pedestre nem uma via de circulação de automóvel, mas passou a propiciar aos moradores dos Bancários e adjacências o uso cotidiano, o que permite encontros de pessoas das várias camadas sociais, de moradores de bairros vizinhos, que a consideram “a melhor praça da zona sul” (fala de usuários em entrevista realizada no dia 17 de dezembro de 2010). Portanto, essa praça é o palco onde acontecem práticas sociopolíticas e culturais, sem desconsiderar o econômico, que está explícito em atividades comerciais e implícito nos objetos consumidos, não visualizados pelos consumidores nos equipamentos expostos para uso de quem a frequenta.

A sociabilidade que é estruturada na Praça da Paz está intimamente ligada à natureza a que o lugar se pré-dispõe. Assim, o poder público municipal, aliado às lideranças comunitárias, construiu a praça com objetos que direcionam sua função e seu consumo, adaptando-a de modo que tenham uma natureza de uso característico da forma e do tipo espacialmente construído.

Mesmo com uma estética urbana configurada a partir da exposição de seus equipamentos uniformizados, segmentado no processo de sociabilidade, a Praça da Paz permite que todos participem do seu cotidiano e exerçam os níveis de sociabilidade de acordo com os seus interesses individuais ou grupais. Ao mesmo tempo, formaliza a sociabilidade no todo, ou seja, promove a interação entre a diversidade que está exposta, com o fluxo de comunicação processado pelo ato de pertencer à mesma espacialidade física.

A sociabilidade que se constitui no espaço da Praça da Paz recebe influência dos valores da população que dela se apropria e permeiam a necessidade particular de cada frequentador, como expressa uma pessoa que vai à praça para usufruir o que lhe interessa: “Gosto dessa praça não porque tem brinquedos ou essas coisas que os jovens gostam, mas porque eu gosto de caminhar, sentar e olhar as pessoas caminhando, a paisagem (...)”. (Entrevista realizada dia 17 de dezembro de 2010).

Assim, a percepção do espaço, as circunstâncias que envolvem a imagem significativa do lugar Praça da Paz, tendem a criar em seu entorno manifestações de sociabilidade. As pessoas estão atentas e percebem o que se desenvolve a sua volta, elas não estão alheias as diversidades, estendem a socialização além de seus pares, com signos de conhecimento, comunicação e pertencimento. Fato exemplificado com o depoimento de um jovem que diz “prefiro ficar com minha bike na rampa, mas vejo que tem muita gente que gosta de ficar cainhando rápido, dando voltas e passam várias vezes por mim.” (Entrevista dia 20 de dezembro de 2010); ou a senhora que faz exercícios físicos nos equipamentos disponíveis e

afirma que “(...) não gosto desses rapazes que ficam pulando nas rampas, eles podem cair (...) fico só olhando e esperando o que vão fazer (...)” (Entrevista dia 20 de dezembro de 2010).

Tais signos transformam o espaço dessa Praça em um cenário típico, para que haja sua apropriação como espaço público, que pertence ao coletivo e onde atividades como caminhar, brincar, jogar, vender e comprar constituem instrumentos que produzem uma relação produto/produzidor e configuram a tendência à sociabilidade expressa na dimensão física e social que a caracteriza.

Dessa forma, a Praça da Paz “desenha” sua história, legitima a sociabilidades a partir das práticas cotidianas, onde as pessoas ordenam, de forma coletiva, o seu imaginário instituído pela identidade urbana, visto que o espaço da praça é público, e como tal, os que a adotam para suas práticas cotidianas fazem parte de um todo coletivo, mesmo que assegurem suas particularidades, quanto ao seu uso.

A pesquisa nos mostrou que a Praça da Paz é uma peça fundamental na construção das relações sociais entre as diversidades culturais que compõem a cidade de João Pessoa e se institui, como espaço público, um *locus* propício, diante da visão de modernidade, adquirida pela população urbana. Assim, minimiza a interiorização às residências, à medida que tem proporcionado aos moradores dos Bancários e adjacências a possibilidade de frequentá-la. Trata-se de um espaço importante para a construção de uma sociedade disposta a ser moderna, que optou por sair de casa para ir à praça e processar a sociabilidade em outras circunstâncias. Neste capítulo, procuramos demonstrar que a Praça da Paz, em sua espacialidade física e social, representada por uma sociedade diversa, tem caracteres socioculturais e econômicos, segmentada, mas carregada de significados da “arte de fazer” cotidianos. Esse cotidiano desempenha sua função, como espaço público, de “abraçar” a formação de iniciativas de sociabilidade.

Constituída como espaço público de encontros anônimos ou não, de convivência segmentada ou integrada, a Praça da Paz se mostra à cidade como “teatro” e nela as representações ocorrem, sejam particularizadas ou sociabilizadas.

3.2. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA DA PAZ – PRÁTICAS DE USO COTIDIANO

Ao “olhar” a Praça da Paz enquanto espaço público, para além da sociabilidade que esta desempenha, mas também, relatar as práticas cotidianas que nela ocorrem e são apropriadas pelos usuários, visto que eles à medida que expressam as formas de uso desenvolvem “a invenção do cotidiano com a arte de fazer” Certeau (2009). O fazer cotidiano perpassa pelo que a praça disponibiliza, a exemplo dos equipamentos para a prática de skate, futebol, atividades físicas, recreação, anfiteatro e pistas de caminhadas para fins de um fazer cotidiano. (Figura 15)



Figura 15 – Equipamentos de atividades lúdicas e esportivas - Fonte: SEPLAN

Embora quase todos os frequentadores morem no Bairro dos Bancários, há uma variedade de pessoas que se deslocam de outros bairros, como mostra a tabela 6, para usufruir desse espaço público, como é o caso de 16% dos frequentadores que residem no Bairro do Geisel e frequentam a Praça da Paz. Quando questionadas sobre esse deslocamento, responderam, em linguagem própria, que “aqui é mais interessante, próximo de lojas, bancos é mais central, mesmo o Geisel ser um bairro mais distante e possuir praças”.

Fazendo uma análise da tabela 7, encontramos os motivos que justificam a frequência à Praça da Paz: 36% a procuram para fazer atividade física, e 56%, lazer. No entanto, convém salientar que o lazer é, aqui, entendido a partir das categorias de “tempo e atitude”, considerando a argumentação de Marcelino (2002) de que o lazer, de certa forma, é caracterizado pela relação entre o sujeito e a satisfação que ele possa ter a partir da atividade que realiza. Dessa forma, a opção lazer indica a satisfação em desenvolver uma atividade prazerosa. Esse fator é indicado pelos próprios usuários da praça, que expressam: “Aqui nessa praça, disponho de um lugar que me oferece espaço para fazer o que gosto, praticar skate, é uma lazer para mim”.

Entrevistados			Entrevistados		
Tabela 06			Tabela 07		
Bairro de residência	Quant	%	Quais os motivos para frequentar a área?	Quant	%
Bancários	13	52	Atividade física	9	36
Mangabeira	5	20	Saúde	1	4
Jd. Cid. Universitária	1	4	Lazer	14	56
Anatólia	1	4	Trabalho	1	4
Geisel	4	16			
Castelo Branco	1	4			
Total	25	100		25	100

Quando os frequentadores foram questionados sobre por que preferem a Praça da Paz, as respostas apontam a localização com 52%, e a infraestrutura com 36% da preferência. Essa praça foi considerada pelos usuários que se deslocam de outros bairros como “excelente, de boa qualidade, dispondo de muitos equipamentos”. A tabela 8 mostra isso, assim como a fala dos usuários, quando em conversa informal responderam sobre a qualidade que o espaço físico e social oferece.

Analisando os dados da Tabela 9, observamos a frequência com que as pessoas vão à praça. Essa tabela aponta que 36% dos entrevistados frequentam a Praça da Paz várias vezes por semana, o que representa uma constante no vínculo entre a praça e seus usuários. A ida a esse lugar com frequência revela o interesse da população por esse espaço público, (re) descoberto para satisfazer a interesses como caminhar, fazer atividades físicas e se encontrar com amigos e parentes.

Entrevistados			Entrevistados		
Tabela 08			Tabela 09		
Por que prefere essa Praça?	Quant	%	Frequência de uso da Praça	Quant	%
Infraestrutura	9	36	Uma vez por semana	3	12
Localização	13	52	Duas a três vezes por semana	6	24
Segurança	3	12	Sem periodicidade	7	28
			Várias vezes por semana	9	36
Total	25	100		25	100

Diante do que foi exposto através do questionário, reportamo-nos à Praça da Paz como um espaço apropriado para práticas do cotidiano, onde “o espaço da apropriação é o espaço do usuário; o espaço do vivido” (SOBARZO, 2006, p.104). Percebemos, ainda, que a produção e o consumo do uso habitual, a partir do que está disponível na praça, tornaram possível a materialização de um viver social com a apropriação de práticas cotidianas em espaços públicos.

Os dados representados pelas tabelas nos permitem perceber que a disposição do espaço físico, quanto à localização, à infraestrutura, aos atrativos e a equipamentos, fornece a preferência que direciona uma permanência diária das pessoas à Praça da Paz. Gomes (2006) entende que a ordem social das coisas, em uma espacialidade física, tem uma coerência que confirma os resultados obtidos pelo questionário. Sobre isso, o autor afirma:

(...) o arranjo físico das coisas é o agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem espacial é concebida como uma condição para que essas ações se produzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço. (GOMES, 2006, p. 172)

Cabe, no entanto, acrescentar que “não há uma determinação da forma sobre o conteúdo, as formas espaciais não explicam completamente a maneira de ser da sociedade” (GOMES, 2006, p. 172). Afirmamos que nossa visão corrobora com a perspectiva de que a espacialidade construída socialmente fornece vivência ao espaço público. Consideramos indissociável o alcance entre forma e conteúdo, valorizando um nível de pertencimento ao

espaço social produzido pela presença, permanência e coabitação dos indivíduos que buscam a Praça da Paz.

A proposta aqui é conceber o espaço físico, estruturado por obras de equipamentos disponibilizados na Praça da Paz, como um componente que sustenta as práticas de uso, onde se desenvolve a cena de espaço público socialmente construído. No dizer de Gomes (2006, p. 164), essa cena se constrói pela forma de estar em grupo ou sozinho, pelos comportamentos em que se conduzem as diversidades que podem ser manifestadas em tal espaço.

Especificamos, portanto, que as “maneiras do fazer”, as ações criam um funcionamento que elegem o viver, estruturando práticas cotidianas, no espaço físico eleito como propício para “abraçar” o coletivo, o plural, o singular e produzir uma esfera na cidade com aspecto de especificidade para uso e práticas que sejam apropriadas pelo cidadão.

Além de o questionário demonstrar a preferência e a frequência das pessoas em estar na Praça da Paz, nas nossas análises, inferimos que, no plano físico e social, essa praça, cotidianamente, apresenta-se cercada, em todos os ângulos, de grupos de jovens, crianças com familiares, idosos, caminhantes “solitários” ou em grupos. (Figura 16)



Figura 16– Pista para caminhada - Fonte: Acervo Pessoal

Isso indica que grupos segmentados ou não se encontram, e o espaço que cada um ocupa na praça é único. É evidente que as práticas nas quais cada pessoa está envolvida têm suas particularidades, como os grupos que usam o espaço próprio para prática de skate, mas não perdem o contato com o caminhante, como mostra esta fala de um jovem: “to aqui, mas, de vez em quando, tem gente olhando o que faço”. Por todos os lados da praça, há pessoas indo e vindo, para usufruir o que ela oferece: “Todos os dias tem gente aqui, para jogar, caminhar fazer exercício, e nos fins de semana à tarde, tem encontro marcado na minha barraca”.

Nesse espaço, também nos chamam a atenção os pedestres, aqueles que apenas passam, mas se permitem fixar o olhar para o que a praça oferece, como espaço público. Assim, quando indagado sobre a frequência com que transita pela área da praça, um transeunte afirmou: “Passo aqui todos os dias, para esperar o ônibus, e fico observando as pessoas que vêm praticar atividades, acho legal essa praça”.

A Praça da Paz é apropriada, cotidianamente, pelos usuários e por aqueles que apenas trafegam nas suas adjacências. Trata-se de um espaço onde as redes de relações sociais são construídas a partir de um nível de pertencimento a tal espaço físico. Isso condiciona a

apropriação simbólica criada no espaço público, onde o lugar se define como pertencente à vida pública cotidiana.

A propósito da apropriação cotidiana, na nossa pesquisa, não excluimos a segmentação social e cultural que há na Praça da Paz, como em outros espaços, mas o nosso foco de atenção é apontar que, mesmo diante das fronteiras criadas pelas singularidades grupais e ou individuais, as práticas sociais expostas ao cotidiano desenham uma esfera propícia à sociabilidade, visualizada nesse espaço. Nas palavras de Leite (2007), faz sentido “pensar na concepção de espaço público também a partir da constituição das diferenças, que não apenas se espacializam nos lugares como criam uma dinâmica interativa através da qual dialogam entre si, no exercício cotidiano e público”. Portanto, estar na Praça da Paz é dialogar com o diferente, a partir de práticas cotidianas, é pertencer a um todo socioespacial.

Acerca dessa questão, é pertinente o depoimento de um usuário que se refere ao cotidiano da Praça da Paz: “o dia a dia aqui na praça me faz ser conhecedor de tudo e de todos. Tem pessoas que vêm todos os dias e outras poucas vezes, mas sempre tem gente que conheço só de vista, não converso, mas sem quem é.” Diante da fala desse usuário, percebemos que o exercício cotidiano no espaço público, vinculado a práticas de uso do que oferece a praça, realiza uma construção social.

Ademais, em nossas considerações acerca dessa relação de apropriação das práticas cotidianas e sociabilidade, na Praça da Paz, buscamos uma imagem perceptível quanto à repetição e à homogeneização do que dispõem as pessoas nesse espaço público. Como exemplo, temos o fato de não haver variedade de atividades praticadas, portanto, o uso de pista de caminhada, a cena das pessoas caminhando é sempre a mesma, pois o espaço da pista é único para todos, e as pessoas fazem o mesmo percurso, seja pela manhã, à tarde ou em fins de semana. O uso da pista de skate pelos ciclistas ou praticantes de skates ocorre de acordo com o horário, e cada grupo reconhece seu tempo de uso; crianças brincam nos parques com os mesmos equipamentos disponibilizados e fazem o mesmo rodízio, com as mesmas brincadeiras, em seus horários de ir à praça.

A imagem descrita acima, mesmo que se produza como homogênea, colabora com o processo de unir as pessoas no mesmo espaço, através de práticas repetidas de atividades geradoras de uma identidade singular, que permeia o imaginário de uso do lugar público, mas mantém a compreensão de haver as diversidades. No entanto, tal diversidade é simbolicamente impregnada de pertencimento ao lugar - Praça da Paz, pelo fato de estar presente e manter uma constante quanto a dia e horário. Isso nos reporta à fala de uma mãe que observava sua filha: “É sempre a mesma coisa, todas as tardes que venho com minha

filha, mas é bom, pois sou conhecida e não me preocupo em deixá-la brincar com as outras crianças”. (Figura 17)



Figura17 – Espaço para crianças na Praça da Paz - Fonte: SECOM

A praça também permite o acesso de pessoas que não estão na busca de práticas ou atividades direcionadas nas propostas do poder público, em gerenciar o espaço propício ao encontro, ao comerciante em “quiosque”, ao skatista, ao exercício físico, mas absorve, em seu entorno, “personagens” como o ambulante e o pedinte, que se apropriam do espaço de forma deslocada e agregando sua atuação sem proximidade constante com o “outro”. Fazemos referencia àqueles usuários com suas práticas seletivas. Contudo não está desfocado da identidade de fornecer uma prática de estar na Praça da Paz, pertencendo à lógica da sociabilidade ali estabelecida.

Tais personagens não quebram a continuidade do sentido de apropriação cotidiana eleita pelas pessoas que frequentam a Praça da Paz e se apropriam desse espaço, pois, “se é público, é de todos”, como disse um caminhante, quando se perguntou sobre a presença de um pedinte. E quanto a ser incomodado, ele respondeu: “As suas perguntas também atrapalham minha atividade, mas você não está pedindo nem me deixa constrangido em dizer não”. Como se vê, o pedinte ou o ambulante exercem funções esperadas para tal espaço, como aquilo que incomoda com sua diferença, mas percebemos o nível de pertencimento ao cotidiano da praça,

vista como um lugar público, onde todos têm direito de circular, mesmo diante da segregação social que permeia a sociedade.

Todas essas formas de cotidianidade focalizadas na Praça da Paz, vivenciadas por ações práticas que refletem um grau de apropriação e pertencimento, ampliam-se com a permanência constante. Independentemente do horário, as pessoas estão no espaço público escolhido para dar continuidade ao imaginário de voltar a frequentar os espaços públicos da praça. Essa apropriação, a partir das funções criadas por práticas que passam a dar sentido ao lugar, legitima significado de reconhecimento com a prática espacial de que o indivíduo se apodera para criar seus signos, simbolizando o ato de apropriação e de pertencimento.

A propósito da perspectiva da apropriação do espaço público, na relação do cotidiano e do pertencimento, Sobarzo (2006) considera uma conexão entre a esfera do privado e do público, a partir “das relações da vida cotidiana no lugar público”. Não é nosso foco trilhar o caminho do privado e do público na pesquisa, mas convém salientar que tal esfera privada ocupa um significado simbólico diante da esfera do espaço público.

Acerca dessa questão, Sobarzo (2006) ressalta a relação privado/público, nas ações cotidianas do espaço público, e coloca:

A apropriação constitui, assim, um prolongamento do privado no público, efetuado mediante o uso, tratando-se, desse modo, de uma “privatização corporal” porque feita pelo corpo do habitante que sai do espaço privado da casa (dentro) e vai “conquistando” para seu uso, para sua vida e, em último, para a sua produção uma parcela, do espaço público (fora) definida pelas suas estratégias. (SOBARZO, 2006, p. 105)

Dessa feita, a apropriação privada do corpo, que aborda o autor, é percebida no cotidiano da Praça da Paz, quando o usuário se permite sair de casa (do privado) para usufruir do espaço público, carregado de signos particularizados pelo interesse privado (corpo e atitude).

Ainda conforme Sobarzo (2006, p. 105), sair do âmbito privado para as escalas do espaço urbano da cidade, como a praça, é “avançar no sentido de uma concepção em que a complementaridade esteja presente”. E sobre a relação entre a Praça da Paz (esfera pública) e o usuário (corpo e casa – esfera privada), cabe a fala de um frequentador, que afirma: “Saio da minha casa quase toda manhã, mas porque aqui me sinto em casa, posso estar como gosto, de bermuda, sem camisa (...)” (Entrevista realizada no dia 20 de dezembro de 2010). Percebemos, nessa fala do usuário, uma interação casa (privado)/praça (público), ou seja, o espaço público da Praça da Paz como complemento da casa (privado).

Na concepção abordada por esse autor, a integração do privado com o público criou, para o espaço público que pesquisamos, a identidade do reconhecimento que reforça o signo de pertencimento à Praça da Paz, simbolicamente identificada pela população que dela se apropria pela prática cotidiana, seja através da caminhada, da prática de exercícios físicos, do esporte ou da brincadeira.

Assim, atribuir a noção privado/público, no contexto da Praça da Paz, é reforçar a ideia de que, nesse espaço público, permite-se uma consideração acerca da dinâmica, diante da condição de apropriação das práticas cotidianas. Essas práticas permeiam o espaço da praça, sem perder a intimidade com o singular e a atitude trazida pelo usuário de seu espaço privado (casa).

Enfatizamos que a abordagem feita ao privado-público só vem acrescentar a perspectiva que oferece à pesquisa na relação da vida privada do cidadão que se apropria da Praça da Paz, com as práticas oferecidas pela vida pública que ela proporciona. Nosso propósito não é inferir sobre a discussão teórica entre público e privado, nos parâmetros das ciências sociais e geográfica. Nossa atenção prestada a essas vias (pública e privada) não ultrapassa sua relação com a percepção de apropriação das práticas cotidianas.

A relação projetada entre esfera pública e privada oferece possibilidades para se compreender como a apropriação cotidiana se processa, pois, no caso Praça da Paz, a relação de pertencimento com esse espaço público ocorre, também, em função do significativo vínculo do usuário da praça com sua singularidade. Isso confere ao tecido urbano da praça um espaço que envolve uma organização de imagens simbolizadas pelo pertencimento individual e coletivo. (Figura 18)

Nessa conjuntura, a Praça da Paz é ocupada, devido à diversidade de grupo que a frequenta e pela sociabilidade criada por um movimento de apropriação do lugar. Como imagem de pertencimento, ela projeta suas ações e valoriza as possibilidades de integrar o privado da casa ao público da praça, como um todo pertencente ao espaço do cidadão urbano. Tal interação permite uma vivência coletiva, com acessibilidade a todos os quadrantes do espaço físico da praça, que caracteriza sua ocupação por grupos segmentados a partir dos equipamentos disponibilizados, que contribuem para segmentar, sem perder o aspecto do coletivo.



Figura 18 – Visita à praça e apropriação coletiva e individual - Fonte: SECOM

No espaço da Praça da Paz, o contato entre as pessoas não perde o caráter coletivo, de um grande grupo que ocupa o mesmo espaço e usufrui do mesmo direito. Assim, encontramos caminhantes, crianças brincando, idosos, comerciantes, transeuntes, skatistas, pedintes, estudantes, enfim, uma população diversa, que convive no mesmo espaço, que é compreendido como público e social.

A relação desses pares, como singular e plural, confunde-se, na perspectiva de práticas cotidianas, que circulam no espaço da praça e transportam para os objetos espacializados no espaço físico a produção do espaço social construída pelo circuito da dinâmica produto/produtor, que se constitui na esfera do espaço urbano público como a praça.

Entendemos que a sociedade é capaz de, na sua “arte de fazer” a prática cotidiana, reproduzir espacialidades, quer sejam por signos marcados pela vivência singular ou por vetores espacialmente definidos como lugar de diversidades. É essa percepção que se apresenta na Praça da Paz: um espaço escrito pela prática cotidiana, a partir da apropriação do que espacialmente lhe confere, em símbolo material e social, uma rede ligada por nodos de sociabilidade.

Em nossos aportes sobre a apropriação da prática cotidiana na Praça da Paz, recorreremos a Sobarzo (2006, p. 106), visto que ele destaca que “a vida cotidiana possibilita a

ocupação do espaço e a materialização de uma prática espacial”, o que confirma a ideia de se fazer, cotidianamente, a apropriação do que se confere como espaço vivido.

Dessa forma a Praça da Paz em sua espacialidade, integra o cotidiano singular da casa com um fazer cotidiano construído a partir do hábito de freqüentar a praça. Hábito este vivenciado em atividades culturais, esportivas, entretenimento e exercícios físicos que criam interesses em freqüentar um espaço público adaptado a atender a singularidade exposta em cada usuário.

Decerto que a prática de cotidianidade elaborada a partir do que é oferecida pela Praça da Paz, permite a simbolização de um pertencimento a esta. Pois o usuário elege a praça como um espaço que faz parte de seu hábito cotidiano. Tal pertencimento está identificado nos depoimentos diante das entrevistas realizadas, em que a espacialidade física e social da praça pertence a singularidade de cada freqüentador, que faz da Praça da Paz um espaço que cruza o plural e o singular gerando sociabilidades. Dessa forma o espaço é socialmente apropriado e materializado conferindo uma identidade a Praça da Paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título escolhido para uma pesquisa de dissertação determina de certa forma as intenções do autor e as viabilidades da execução de suas propostas. Nesse sentido, o nosso estudo foi focado no cotidiano que o espaço público pode fomentar, a partir da apropriação popular e assim gerar sociabilidade. Com a “Praça da Paz: espaço público na cidade de João Pessoa”, como objeto de estudo, procuramos apresentar a prática cotidiana de fazer do espaço público da praça um espaço de sociabilidade.

A nossa preocupação inicial, foi proporcionar um olhar histórico à cidade da Parahyba em seu início de século XX com as construções e transformações dos espaços públicos de ruas e praças. Como o poder público se propôs a uma gestão de modernizar a cidade da Parahyba, nas ações e intervenções no espaço urbano e ordenamento, compreendido como necessidade de sanear e higienizar.

A tendência modernizadora foi seguida, também do imaginário de embelezar, ordenando as praças, com jardins e efetuando mudanças que representava um diferencial à cidade, oferecendo espaços públicos a visitação e ao passeio, como elemento de “belo” e agradável para quem viesse a desfrutar de tais espaços.

As praças surgem, nesse início de século XX como o ideal para passeios, encontros e diversão, mas com características urbanas que indicasse progresso e modernização. Espaço próprio para freqüentadores que possuíam *status social* dentro da divisão de classe existente. Pois a seletividade de uso dos espaços públicos era visível, e aos pobres não era permitido freqüentar o “Jardim Público”, codinome recebido as praças, por sua aparência e destaque a jardinagem e eventos ocorridos em tais espaços.

Entretanto outros logradouros, como a Praça Vidal de Negreiros, popularmente conhecido como Ponto de Cem Reis, destinava-se ao encontro de todos, onde a circulação dos pedestres não era seguida de normas de conduta ou de uso seletivo. Todos possuíam acesso em todos os quadrantes de tal praça.

Nesse início de século XX a proposta dos gestores era de ornamentar as praças, com uma visibilidade ao progresso, a proporcionar um espaço de uso com aspectos de higiene e beleza. Mesmo que segregado, mas próprio a direcionar um cotidiano do cidadão a sair do espaço privado do jardim da casa para o público da praça. Embora as praças da cidade da Parahyba, manterem certa heterogeneidade quanto ao aspecto do espaço físico e social, havia

uma sociabilidade entre aqueles que as freqüentavam. Pois os pares socialmente integrados se permitiam convivência cotidiana visualizada em sociabilidade.

Para uma compreensão acerca da apropriação do espaço público urbano na cidade de João Pessoa, consideramos necessário esse recorte temporal, situando na história como a sociedade vivenciou os momentos de incluir o cotidiano além da esfera do privado e participar do público, na espacialidade social que a cidade oferecia.

Passar pela história da construção das Praças, na então cidade da Parahyba, indicou o diferencial entre o gerenciamento e uso das praças no início do século XX, em que se reconhece historicamente a praça como espaço público de gerenciamento do poder público (Estado ou Município), e o momento atual de revitalização de praças, em que a proposta da gestão pública é de participação do cidadão, através das Associações de Moradores e criação de Conselho Gestor.

Em leituras, e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo na Praça da Paz, direcionando uma percepção teórica para o espaço urbano como um produto da obra social, que a sociedade ao mesmo tempo, que produz os objetos sociais também consome, firmando um espaço socialmente criado, percorremos o caminho que conduziu a compreensão de que a população da cidade de João Pessoa mantém um vínculo de pertencimento com o espaço público da praça, confirmado nas práticas cotidianas que constroem a sociabilidade produzida nesse espaço, pelo freqüentador.

Na discussão sobre a Praça da Paz no bairro dos Bancários, relatamos as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Bairro dos Bancários em suas reivindicações para a construção de uma Praça no bairro. Foi através de associações de moradores em conjunto com a Prefeitura Municipal, efetivou-se a construção da Praça da Paz, numa localização central do Bairro dos Bancários, retratando uma tendência a gestão democrática, mesmo que com uma participação incipiente do cidadão nas decisões de ordenamento e gerenciamento da praça, fato que ficou evidenciado nos dados da pesquisa de campo.

Por sua vez, desde a sua inauguração a Praça da Paz é freqüentada tanto pelos moradores locais e próximos a área, bem como, de outros bairros, ou seja, a visitação também é conseqüência do embelezamento e infra-estrutura do local, fato apresentado pelos usuários, em depoimentos nas entrevistas.

A pesquisa mostrou, também em entrevistas com pessoas envolvidas na construção da praça, uma proposta de incentivar o retorno da população da cidade ao uso de espaços públicos, como as praças, pelo poder público municipal, quando disponibiliza equipamentos para atividades recreativas, esportivas, e exercício físicos, bem como incentiva atividades

culturais que atrai a população a tornar-se freqüentador, possibilitando encontro de grupos diversos, gerando sociabilidades.

Em nossas aferições percebemos que a prática de uso vivenciada no cotidiano do freqüentador da Praça da Paz, firma uma apropriação de pertencimento, com visibilidade coletiva a sociabilidade, minimizando a interiorização valorizada pela singularidade dos grupos que constroem o espaço da praça.

A Praça da Paz fornece ao freqüentador um espaço de vivência, que mesmo de forma singular, perpassa uma pluralidade, pelo todo que envolve o espaço físico e social da praça. É onde as diversidades valorativas e culturais se encontram e convivem, instituindo sociabilidade.

A pesquisa sobre a Praça da Paz com sua prática cotidiana fomentando sociabilidade indicou, através das entrevistas realizadas *in loco* com a população usuária, que as pessoas constroem a espacialidade característica da praça, quando adota um vínculo de pertencimento, por estar adaptado ao convívio com os demais usuários e com os equipamentos disponíveis, distribuídos no todo da praça.

A caminhada no final da tarde ou no início da manhã, acompanhar as crianças nas brincadeiras nos espaços lúdicos da praça, correr nas proximidades ou nas pistas desenhadas no chão, usar rampas para surfar nos skates, bem como correr nas bicross com seus malabarismos e se encantar com peças teatrais no anfiteatro são situações e práticas cotidianas na Praça que desde as donas de casa, profissionais liberais, jovens, crianças, adolescentes e idosos compõe uma multiplicidade de atores que transitam em segmentos com suas atividades diferenciadas, porém tecendo um local de relações coletivas.

Esse “fazer cotidiano” com práticas quer sejam recreativas, esportivas ou culturais e com interesses diversos, que foi posto a partir da pesquisa, é o que gera uma rede traçada com nós de diversidades, mas que num todo se abre como importante desenho de sociabilidade, reafirmando a produção/(re) reprodução espacial conduzida pela vivência social no espaço físico.

A Praça da Paz como “lugar público” marca momentos de construção social, em que o público e o privado se cruzam, em uma espacialidade construída pelo usuário que adota a praça – espaço público – com vínculo ao privado – a casa – e assim mantém-se o pertencimento a tal espaço, internalizado pelos usuários em sua dinâmica de estar entre o coletivo e o particular.

A pesquisa apresentada neste texto possibilitou uma leitura acerca da Praça da Paz, em seus aspectos constituintes enquanto espaço público, onde identificamos uma sociabilidade

diante das práticas exercidas no cotidiano vivido pelo usuário, experienciando hábitos de pertencer ao coletivo. E assim considerar, mesmo que momentaneamente, que o espaço público da Praça da Paz proporciona um importante vínculo entre o privado e o público, dinamizado pela sociabilidade, que se processa na praça.

Em nossas considerações finais ficam as motivações iniciais, que encaminharam a proposta da pesquisa, refletidas em uma discussão finalizada nas palavras de uma figurinista, usuária de sites de relacionamentos da internet, que percebe a praça como descrita neste trabalho. Assim Fátima (2010) escreve que as praças adquiriram outro significado de uso, bem como, a mudança no aspecto: “eram bem arborizadas (...), as bandinhas da filarmônica tocavam no coreto. (...) Hoje, poucas praças conservam a sua antiga arquitetura, já que foram reformadas e modernizadas. Mudança total! Os passeios agora viram pistas de Cooper, (...) Vamos continuar com o hábito de freqüentar as praças, pois elas são nossas (...) servem, de ponto de encontro (...).”

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. Ideia, João Pessoa, 2002.

AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro**. João Pessoa: A União Editora, 1985.

ALEX, Sun. **Projeto Praça – convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer – princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade líquida**. São Paulo Mais. 19/out/2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. **A cidade de João Pessoa**. In FRANCH Mônica e QUEIROZ, Tereza. Usos do espaço, lazer e sociabilidade nas praças de João Pessoa. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Julho, 2009.

CARDOSO, Carlos de Amorim & KULEZA, Wojciech Andrzej (Orgs.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas/SP: Papirus, 2010.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parayba nas décadas de 1910 a 1030**. Tese. Recife, Departamento de História – UFPE. 2007.

COELHO FILHO, João Santos. **Iluminação pública através dos tempos**. In, AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro. João Pessoa: União Editora, 1985.

FÁTIMA, Varenka de. **Praça, 24 de abril de 2010**. Disponível em <http://www.luso-poemas.net>. Acesso em 05 de maio de 2011.

GARCIA, Loreley & LEMOS Niedja. **A dinâmica do espaço urbano enquanto construção cultural**: os vales dos rios em João Pessoa, Paraíba (Brasil). Os Urbanistas, Revista de Antropologia. Ano 2, volume 2, número 1, 2005.

GOMES, Paulo Cesar. **A condição urbana** – ensaios da geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

JARDIM, Vicente Gomes. **A cidade da Paraíba na passagem do Século**. João Pessoa: Revista do IHGP, n.2, pp.89 a 93. 1910

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (2005). **Viver a cidade**: um estudo sobre pertença e medo. RBSE, v.4,n.11,pp.148-156. Disponível em <http://www.rbse.rg3.net> acesso em agosto de 2011.

LAVIERI, João Roberto & LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da estrutura urbana de João Pessoa** – 1960-1986. João Pessoa: UFPB – NDIH.

LEANDRO, A. G (2006). **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. Dissertação de Mestrado. UFPB/CCEN.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos na cidade**: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2002.

MAIA, Doralice Sátyro Maia. **Tempos lentos na cidade**: permanência e transferência dos costumes rurais em João Pessoa – PB. Tese. São Paulo, Departamento de Geografia – USP. 2000.

MELO, José Otavio de Arruda. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**: (Lazer e classes sociais na capital da Paraíba). João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

QUEIROZ, Ana Maria Cassu. **Praça Tubal Vilela**: espaço e sociabilidade? Revista Urutágua, n.9, abr/mai/jun/jul, pp.1 a 7. 2006.

RODRIGUES, Janete Lins & DROULERS. **João Pessoa**, crescimento de uma capital. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981.

RODRIGUES, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da grande João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária, 1980.

RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade.** João Pessoa: A União Editora, 1994.

SÁ, Nivarna Lígia Albino Rafael de (2009). **A Cidade no Despertar da Era Higiênica: a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912)** . Dissertação de Mestrado. UFPB/CCEN.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a praça.** Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Ligia M. Tavares da (1997). **Forma urbana e cotidiano na evolução de João Pessoa.** Saeculum n.3, pp.161 a 181.

SILVA, José Flávio. **Progresso e destruição na cidade da Parayba: cidade dos jardins.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SOARES, Cristiane Leal. **O Bairro dos Bancários e a Praça da Paz.** In FRANCH Mônica e QUEIROZ, Tereza. Usos do espaço, lazer e sociabilidade nas praças de João Pessoa. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Julho, 2009.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, pp. 93-111, 2006.

_____. **Os espaços da sociabilidade do espaço público em Presidente Prudente.** (Tese de Doutorado) 2004. Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Ciência e Tecnologia.

SOJA, Edward W. **Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria crítica social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

FONTES DOCUMENTAIS

- A União - Paraíba
Edições 1918
Edições janeiro 1920
Edições 1923
Edições junho 1980
- O Norte - Paraíba
Edições junho 2006
- Era Nova - Paraíba
Edições 1921
Edições out-nov 1924
Edições abril 1925

ANEXOS

ANEXO I

REGIMENTO DO CONSELHO GESTOR DA PRAÇA DA PAZ BAIRRO DOS BANCÁRIOS

CAPÍTULO I FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art.1º- O Conselho Gestor da Praça da Paz do bairro dos Bancários, órgão colegiado, eleito pela comunidade dos moradores do Bairro dos Bancários, doravante designado simplesmente Conselho Gestor, tem por finalidade em conjunto com a Administração Municipal de João Pessoa, zelar pela manutenção, conservação e utilização dos espaços e equipamentos que compõem a estrutura da Praça da Paz do bairro dos Bancários, com vistas ao melhor uso e bem-estar da comunidade local competindo-lhe:

- I. Zelar pela utilização e recursos da Praça da Paz do bairro dos Bancários, seus equipamentos e ambientes, interagindo com os moradores, em grupo ou individualmente, proporcionando lazer e bem – estar para todos, promovendo eventos dentro de suas possibilidades e atribuições;
- II. Disciplinar a utilização dos equipamentos disponíveis, quanto a questão de datas e horários para promoção, de eventos e ou atividades de grupos interessados; agindo sempre no interesse social dos moradores locais;
- III. Solicitar a PMJP (SEDES / DIPOP) material informativo/educativo sobre direitos e deveres dos usuários, como cidadãos, tais como placas indicativas, modificação/construção/conserto de equipamentos; e outros serviços atinentes;
- IV. Enviar a PMJP (SEDES / DIPOP) relatório mensal de atividades sobre a conservação dos equipamentos e jardinagem;
- V. Encaminhar aos órgãos do Governo Municipal, solicitação de serviços tais como guardas, limpeza e coleta de resíduos, eventos de promoção de saúde, e outros serviços necessários à manutenção e conservação da Praça;

Art.2º - Para a consecução de suas finalidades, poderá ainda o Conselho Gestor:

- I. Examinar e opinar sobre celebração de convênios e/ou contratos, relativos a Praça da Paz do bairro dos Bancários, objetivando atender aos interesses e benefícios da comunidade local e usuários;
- II. Examinar e opinar, conforme critérios previamente definidos, projetos que tenham por finalidade a modificação de equipamentos ou estrutura da Praça da Paz do bairro dos Bancários, visando sempre sua melhoria;
- III. Articular-se com órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil da área, para a realização e promoção de eventos, confraternização, conscientização, solidariedade, proteção dos equipamentos, estrutura da praça e de seus usuários;
- IV. Os entendimentos e articulação a que se refere o item anterior somente poderão ser levados ao conhecimento das autoridades, unicamente após debatido pelo Conselho Gestor instituído;

CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO

Art.3º - O Conselho Gestor da Praça da Paz do bairro dos Bancários, terá a seguinte composição:

- I. Um representante da Cultura
- II. Um representante dos Esportes;
- III. Um representante do Idoso;
- IV. Um representante do Orçamento Democrático (Delegados do OD);
- V. Um representante do Comércio do entorno da praça;
- VI. Um representante da Associação de Moradores;
- VII. Um representante dos taxistas.

§1º - Os Membros do Conselho Gestor e seus suplentes serão eleitos pelos moradores do bairro dos Bancários e adjacências e empossados pela Prefeitura Municipal em solenidade simples, a realizar-se na Praça da Paz do bairro dos Bancários, a cada dois anos, contatos a partir da posse do primeiro Conselho Gestor; instituído e com a data de posse marcada para o dia 17/04/2009, podendo qualquer de seus membros concorrer a uma única reeleição;

§2º - Os Membros do Conselho Gestor serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

§3º - O Conselho Gestor fará reuniões para debater questões relativas a Praça da Paz do bairro dos Bancários, presidida por um presidente de mesa, membro efetivo do conselho gestor,

indicado pela maioria dos presentes em cada reunião a se realizar, por simples indicação verbal, no ato da reunião a se iniciar;

§4º - O Conselho Gestor designará um de seus membros, em exercício, para desempenhar a função de Secretário Executivo do Conselho que, em seus impedimentos, será substituído pelo Assistente de Secretário.

§5º - O Conselho poderá convidar especialistas de entidades civis/públicas para participar das reuniões, com objetivo de emitir parecer sobre assuntos de sua especialidade.

CAPITULO III ORGANIZAÇÃO

Art.4º - O Conselho Gestor da Praça da Paz do bairro dos Bancários:

- I- O Conselho Gestor constituído de 07 membros, representando os seguintes seguimentos comunitários: Esportes, Orçamento Democrático, Cultura, Comerciantes, Idoso, Associação de Moradores e Taxistas;
- II- Um Secretário Executivo escolhido entre os membros ativos do conselho;
- III- Um Assistente de Secretário Executivo, igualmente escolhido entre os membros ativos do conselho;

Art.5º - Ao Conselho Gestor cabe propor, aprovar e alterar esse Regimento e suas alterações.

Art.6º - O Conselho Gestor solicitará a SEDES/DIPOP o apoio técnico, administrativo e de recursos humanos necessários à formação do conselho e atividades correlatas.

CAPÍTULO IV FUNCIONAMENTO

Art.7º - O Conselho Gestor reunir-se-á mensalmente, ou excepcionalmente, quando convocado por qualquer de seus membros em local e horário previamente definido;

§1º - As reuniões do Conselho serão públicas podendo tornar-se reservadas, a critério dos seus membros, quando a natureza do assunto exigir;

§2º - Para o funcionamento legal das reuniões do Conselho Gestor, fica estabelecido quorum de no mínimo 05 conselheiros;

§3º - Não havendo quorum até a hora estabelecida no início da reunião lavrar-se-á termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferidos para reunião imediata, caso não haja convocação extraordinária. No caso de falta de quorum na reunião seguinte se realizará com os 03 (três) de seus membros presentes;

§ 4º - O Conselheiro que deixar de comparecer as reuniões deliberadamente, ou por impossibilidade física, ou outro motivo por um período de um semestre injustificadamente, será afastado por decisão do conselho, mediante prévia comunicação a SEDES.

§ 5º - O afastamento da função de conselheiro se dará a pedido do titular; para candidatar-se a função de cargo público eletivo, obedecido ao prazo legal da legislação eleitoral; por morte; por motivo especificado no parágrafo anterior; e ainda por comportamento social incompatível com a função do conselheiro, debatidas as questões concernentes e concedendo-se sempre direito de defesa;

§ 6º - No caso de vacância o conselheiro afastado será substituído pelo seu suplente. Caso o suplente não assuma, a vaga será preenchida por um membro da comunidade, escolhido e votado em assembléia constituída pelos membros do Conselho Gestor sendo eleito o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos.

Art. 8º - As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho deverão ser encaminhadas ao Secretário Executivo que registrará, autuará e procederá à sua instrução, com vistas à distribuição.

Parágrafo único - A pauta das matérias a serem apreciadas pelo Conselho será organizada de acordo com a ordem cronológica de entrada e escala de distribuição.

Art. 9º - As decisões do Conselho serão tomadas por deliberação e só poderão ser revistas ou modificadas pela maioria absoluta de seus membros, nos pedidos de reconsideração, reservado ao Presidente da Mesa o voto simples e de qualidade.

Art. 10º - As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- abertura pelo Presidente da Mesa;
- verificação do número de conselheiros presentes;
- leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- leitura e distribuição do expediente;
- leitura e assinatura das resoluções/petições legais aprovadas;
- discussão e votação de ordem do dia;
- comunicação, requerimento e apresentação de moções, indicações e exames de processos;
- comunicações gerais dos conselheiros;
- o que ocorrer;
- encerramento.

§ 1º - Os assuntos incluídos na pauta que, por qualquer motivo, não forem discutidos e votados, deverão contar, obrigatória e prioritariamente, da pauta da reunião ordinária imediata.

§ 2º - As assinaturas de correspondência do conselho ou qualquer outro tipo de correspondência, oficiais ou não, serão apostas sobre o termo: “Conselho Gestor da Praça da Paz do bairro dos Bancários”;

Art. 11º - Os Conselheiros poderão pedir retificação da ata, quando de sua votação, fazendo constar do seu texto as alterações propostas.

Parágrafo único – A ata aprovada será assinada pelo Presidente de Mesa que conduziu a sessão, Conselheiros presentes e pelo Secretário Executivo, na sessão seguinte.

CAPÍTULO V ATRIBUIÇÃO

Art. 12º - Nas reuniões ou representações Cabe aos conselheiros do Grupo Gestor:

- I. Representar o Conselho ou designar ao suplente que o faça;
- II. Comparecer às reuniões do Conselho, decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados das decisões;
- III. Expedir e fazer cumprir as resoluções do Conselho;
- IV. Convocar as reuniões extraordinárias;
- V. Submeter ao conselho matérias para sua apreciação e decisão;
- VI. Designar relatores, no caso de especialistas convidados;
- VII. Designar membros para compor Comissões de Representação do Conselho Gestor;
- VIII. Adotar, juntamente com o Secretário Executivo, os procedimentos necessários para o cumprimento da execução das obras e serviços necessários à manutenção dos equipamentos, arborização, jardinagem e comércio local;

Art. 13º - Cabe aos Membros do Conselho Gestor:

- I. Participar das reuniões, justificando suas faltas e impedimentos;
- II. Estudar e relatar, na forma e prazo fixados, os assuntos submetidos à apreciação do Conselho, de acordo com a designação do Presidente;
- III. Discutir e votar a matéria constante da ordem do dia;
- IV. Participar de comissões de estudos, sobre matéria da área de atuação do Conselho Gestor;

- V. Propor a convocação de reuniões extraordinárias;
- VI. Propor e/ou solicitar esclarecimentos ou emendas que lhe forem úteis à melhor apreciação dos assuntos em pauta.

Art. 14º - Cabe ao Secretário Executivo do Conselho:

- I. Coordenar, supervisionar e dirigir os serviços administrativos e técnicos do Conselho;
- II. Preparar, sob a orientação do conselho, a agenda das reuniões;
- III. Secretariar as reuniões do Conselho, lavrando as respectivas atas;
- IV. Proceder à leitura da ata da reunião imediatamente anterior;
- V. Redigir as decisões do Conselho, dando conhecimento aos interessados;
- VI. As assinaturas de correspondência do conselho ou qualquer outro tipo de correspondência, oficiais ou não, serão apostas sobre o termo: “Conselho Gestor da Praça da Paz do bairro dos Bancários”;
- VII. Distribuir aos Conselheiros, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da reunião, a matéria da ordem do dia;
- VIII. Agendar data, local e hora da reunião seguinte ou providenciar, a convocação das reuniões extraordinárias;
- IX. Encaminhar aos Conselheiros os processos que lhes forem distribuídos;
- X. Receber, preparar e expedir a correspondência do Conselho;
- XI. Providenciar a requisitar de material necessário de funcionamento do Conselho;
- XII. Organizar, arquivar e manter atualizado o arquivo das resoluções, documentos recebidos/expedidos e atas das reuniões do Conselho.

Art. 15º - As atribuições do Presidente da Mesa, dos Membros e do Secretário Executivo, previstas nesse capítulo, poderão ser acrescidas de outras necessárias ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º - A participação dos membros no Conselho será voluntária e considerada serviço público relevante.

Art. 17º - O Conselho Gestor, observada a legislação vigente, expedirá normas complementares e necessárias ao seu funcionamento.

Art. 18º - O Conselho, quando julgado conveniente, poderá deliberar sobre a criação de comissões especiais temporárias representando grupos sociais.

Art. 19º - O Conselho não disporá de quadro funcional próprio;

Art. 20º - As decisões do Conselho serão registradas, na íntegra ou em resumo, no livro de ata;

Art. 21º - O representante do Orçamento Democrático é escolhido entre os Delegados eleitos durante o período de mandato.

Art. 22º - Cabe exclusivamente, ao Conselho Gestor decidir sobre os casos omissos e dúvidas decorrentes de interpretação desse Regimento.

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

QUESTIONÁRIO – FREQUENTADORES – PRAÇA DA PAZ/BANCÁRIOS

PESQUISA - Uso da Praça da Paz/Bancários

() Nº do questionário

Local da enquete: Praça da Paz

Data da enquete: _____

1-Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

2-Profissão: _____

3- Escolaridade: (1) Sem instrução (2) Fundamental incompleto (3) Fundamental completo (4) Médio incompleto (5) Médio completo (6) Superior incompleto (7) Superior completo ou mais.

4-Idade: (1) até 19 anos (2) de 20 a 29 anos (3) de 30 a 39 anos (4) 40 a 49 anos (5) 50 a 59 anos (6) 60 a 69 anos (7) 70 anos ou mais

5- Rendimentos: (1) até 5 sal.min. (2) 6 a 10 (3) 11 a 15 (4) 16 a 20 (5) acima de 20 (6) sem rendimentos

6-Bairro de residência:

(1) Bancários (2) Mangabeira (3) Jardim Cidade Universitária (4) Anatólia (5) outro: Qual? _____

7- Motivos para frequentar a área:

(1) atividade física (2) saúde (3) lazer (4) trabalho (5) outro:
Qual? _____

8- Por que prefere essa praça? (1) infraestrutura (2) localização (3) segurança (4) outro:
Qual? _____

9 - Frequência de uso da Praça da Paz: (1) ao menos uma vez por semana (2) duas ou três vezes por semana (3) sem periodicidade (4) várias vezes por semana

10- Meio de transporte para chegar à Praça: (1) automóvel (2) ônibus (3) moto (4) pedestre

11- Qual o horário que costuma frequentar a praça? _____

12- O que considera necessário para melhorar a Praça da Paz? _____

13- Quais os projetos culturais da praça que conhece? _____

14- Você conhece o trabalho da Associação de Moradores do Bairro?

(1) Sim Qual? _____ (2) Não

15- Você conhece algum trabalho desenvolvido pelo Conselho Gestor da Praça da Paz?

(1) Sim Qual? _____ (2) Não



ANEXO III – Praça da Paz - Construção dos alicerces: Fonte: SEPLAN



ANEXO VI – Praça da Paz – Aspecto final antes da inauguração: Fonte: SEPLAN



ANEXO V – Praça da Paz - Construção do Anfiteatro: Fonte: SEPLAN



ANEXO VI – Praça da Paz – Grafiteagem no espaço dos jovens fazerem bicicross: Fonte: SEPLAN



ANEXO VII – Praça da Paz – Equipamentos disponíveis para a população: Fonte: SECOM



ANEXO VIII A – Praça da Paz – Interação entre jovens e equipamentos: Fonte: SECOM



ANEXO IX – Praça da Paz- Projeto João Pessoa Vida Saudável - Bancários: Fonte: SECOM



ANEXO X – Praça da Paz – Espaço recreativo - Fonte: SECOM



ANEXO XI – Praça da Paz – Espaço para caminhada e acessibilidade aos frequentadores - Fonte: SECOM



ANEXO XII – Praça da Paz – Convivência entre pares - Fonte: SECOM



ANEXO XIII – Praça da Paz – Vista área - Fonte: SEPLAN – Dirceu Tortorello